

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE HISTÓRIA

WILLIAM FARIAS VIEIRA

O 11 DE SETEMBRO CHILENO:

Uma revisão dos fatores que levaram ao golpe militar de Pinochet

Rio de Janeiro

2019

WILLIAM FARIAS VIEIRA

O 11 DE SETEMBRO CHILENO:

Uma revisão dos fatores que levaram ao golpe militar de Pinochet

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau do curso de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Farias de Souza.

Rio de Janeiro

2019

WILLIAM FARIAS VIEIRA

O 11 DE SETEMBRO CHILENO:

Uma revisão dos fatores que levaram ao golpe militar de Pinochet

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em História.
Aprovada em: ___/___/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Farias de Souza
Instituto de História – UFRJ

Prof. Dr. Wagner Pinheiro Pereira
Instituto de História – UFRJ

Prof.ª Dr.ª Lise Fernanda Sedrez
Instituto de História – UFRJ

Rio de Janeiro

2019

“Viva o Chile! Viva o povo! Viva os trabalhadores! Estas são minhas últimas palavras e tenho a certeza de que meu sacrifício não será em vão. Tenho a certeza de que, pelo menos, será uma lição moral que castigará a perfídia, a covardia e a traição.”

Salvador Allende, 11 de setembro de 1973.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à **Deus** por ter me concedido o dom da vida e a oportunidade de estar aqui, escrevendo meu trabalho de conclusão de curso. Também confesso a ele toda minha gratidão e reconhecimento das possibilidades que tive e que ainda terei.

Aos **meus pais e irmã**, pelo incentivo aos estudos e por sempre me apoiarem nos momentos mais difíceis. Sem eles, minhas vitórias não seriam possíveis.

Aos meus **amigos e namorada** por entenderem a minha ausência e estarem ao meu lado nos momentos mais turbulentos. Sou grato pelas palavras de apoio e pelas risadas que me acalmam.

Aos **mestres e professores** minha gratidão por compartilharem suas experiências, visões de mundo e me mostrar a importância de estudar a história.

Ao meu orientador, **Prof Rodrigo Farias de Souza** pela confiança, paciência e dedicação depositadas em meu trabalho, e a **Profª Lise Sedrez** pela inspiração, motivação e ensinamentos ao longo da jornada acadêmica. Sou grato por acreditarem em mim.

Obrigado.

RESUMO

VIEIRA, William F. **O 11 DE SETEMBRO CHILENO**: Uma revisão dos fatores que levaram ao golpe militar de Pinochet. Orientador: Rodrigo Farias de Souza. Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2019. Monografia (Bacharelado em História).

Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma revisão sobre os principais fatores que levaram ao golpe militar de Pinochet, em setembro de 1973. Sejam internos ou externos, este trabalho também tenta mostrar como esses fatores se entrelaçaram e criaram uma situação propícia para o golpe. A partir da historiografia clássica sobre o tema, analisaremos esses fatores e, no fim, como eles se entrelaçam.

Argumentamos que o ponto crucial de convergência da crise foi a via chilena para o socialismo proposta por Salvador Allende, e que parte desta problemática está relacionada ao ineditismo da situação chilena.

Palavras-chave: Golpe militar no Chile. Chile em 1973. Via chilena para o socialismo. História do Chile.

RESUMEN

VIEIRA, William F. **O 11 DE SETEMBRO CHILENO**: Uma revisão dos fatores que levaram ao golpe militar de Pinochet. Orientador: Rodrigo Farias de Souza. Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2019. Monografia (Bacharelado em História).

Esta pesquisa tiene como objetivo revisar los principales factores que llevaron al golpe militar de Pinochet, en septiembre de 1973. Sean internos o externos, este documento también intenta mostrar como estos factores se entrelazaron y criaron una situación propia para el golpe. A partir de la historiografía clásica sobre el tema, serán analizados estos factores y, por fin, como ellos se entrelazaron.

Argumentamos que el punto decisivo de convergencia de la crisis fue la vía chilena para el socialismo propuesto por Salvador Allende, y que parte de esta problemática está relacionada a lo inédito de la situación chilena.

Palabras clave: Golpe militar en Chile. Chile en 1973. Camino chileno al socialismo. La historia de Chile.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1	12
O Jogo Político no Chile de Allende.....	12
Capítulo 2	26
As Rachaduras na Unidade Popular.....	26
Capítulo 3	34
Uma breve análise da política norte-americana para a América Latina.....	34
3.1 Os Estados Unidos contra Allende.....	41
Considerações finais	54
Referências bibliográficas	59

INTRODUÇÃO

No dia 25 de outubro de 2019, uma sexta-feira, mais de um milhão¹ de chilenos se concentraram na Plaza Itália, em Santiago, para protestarem contra o governo e exigir transformações sociais. As revoltas começaram por parte de universitários que estavam insatisfeitos com o aumento do preço do metrô em Santiago. Assim como os protestos de 2013 que ocorreram no Brasil, a sensação de revolta ultrapassou a pauta inicial e conquistou a simpatia de muitos outros chilenos, que foram engrossando os protestos. Se é possível afirmar que os protestos de 2013 no Brasil tiveram como contribuição última o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, fica ainda mais interessante observarmos os desdobramentos do caso chileno. O governo anunciou a intenção de formar uma constituinte e de dar mais atenção às transformações sociais. Mesmo com a vitória de algumas pautas, em 18 de novembro, milhares de pessoas continuaram os protestos com uma forte desconfiança perante as mudanças sociais propostas pelo governo, que cede a reivindicações ao mesmo tempo que mostra truculência na repressão aos manifestantes. Os congressistas chilenos propuseram um plebiscito para avaliar a possibilidade de uma nova carta magna e colocar na constituição anseios não atendidos da população, que perdeu diversos direitos sociais desde as reformas de Pinochet. É bem verdade que temos um Chile democrático há mais de 20 anos, porém as reformas neoliberais empreendidas por Augusto Pinochet, com a ajuda dos *Chicago Boys*, reduziram o papel do Estado e a assistência social de forma que se encontra evidente até hoje, vide o sistema previdenciário chileno². De resto, sobre o legado econômico da ditadura chilena, ainda existe uma falta de consenso, sendo objeto constante de estudo por parte dos pesquisadores.

O interessante é observarmos como o golpe de Estado que depôs o socialista Salvador Allende representou um novo rumo para a sociedade chilena, um rumo manchado de sangue, dor e oposto àquele pretendido por sua coalização política, a Unidade Popular. Mostra-se então a pertinência da discussão aqui presente, que é atual e discorre sobre um momento de inflexão da história chilena. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal propor um olhar sobre os principais

¹ Fonte: BBC BRASIL. **Protestos no Chile: a manifestação histórica que encheu as ruas de Santiago**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50193228/> Acesso em: 23 de novembro de 2019.

² BBC BRASIL. **Protestos no Chile: as rachaduras no modelo econômico do país expostas pelas manifestações**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50214126>. Acesso em: 21 nov. 2019.

acontecimentos que levaram à queda de Salvador Allende, aqui entendido como um fato multifacetado. Segundo Ricardo Mendes (2013, p.184), o resgate desse olhar sobre o passado do Chile é especialmente relevante porque existe uma negligência do Estado chileno sobre acontecimentos no qual ele mesmo seria o responsável. Como consequência desta negligência, o embate entre a memória e o discurso histórico ganha contornos intensos, com grupos tidos como nacionalistas ainda defendendo o governo ditatorial. Isso seria possível justamente pela multiplicidade de atores e leituras que atuam sobre os relatos, sobre a ausência do Estado que, inclusive, não apresenta um discurso homogêneo dentro de si.

Assim, uma característica do golpe no Chile foi sua ação multifacetada no sentido em que foi um processo e contou com diversos fatores e atores. A historiografia clássica, como Alberto Aggio e Arturo Valenzuela³, versa sobre o processo do golpe chileno levando em consideração dois importantes aspectos: o interno e o externo.

Sobre os aspectos internos, Peter Winn (2009, p. 20) resume bem:

Além disso, em 1972, o conflito de classes se tornaria cada vez mais intenso, e a política, cada vez mais polarizada. A oposição política a Allende se deslocaria dos corredores do Congresso para as ruas e se tornaria cada vez mais violenta e contrarrevolucionária, culminando na Greve de Outubro, uma dispensa temporária dos trabalhadores por parte da classe empresarial do setor privado e uma paralisação dos profissionais de classe média, ambas destinadas a desestabilizar a economia, disseminar o caos social e criar as condições para a deposição de Allende e a reversão de sua via chilena.⁴ (2009, p. 20)

Estão presentes na citação acima os principais componentes internos que fizeram parte do processo político chileno que culminou no golpe militar. Podemos citar como alguns desses fatores o conflito de classes, a polarização política, a paralisação institucional provocada pelo Partido Democrata Cristão, as greves financiadas pelos grupos patronais e os próprios conflitos internos. É a este contexto da disputa interna que o primeiro capítulo deste trabalho é dedicado.

Ainda no contexto dos fatores internos, o segundo capítulo versará sobre as rachaduras dentro da própria coalização governista. A Unidade Popular (UP), que assumiu o poder com a eleição de Salvador Allende, teve rachaduras teóricas e práticas antes mesmo do início das eleições. Allende, inclusive, não era o preferido

³ Principalmente: Aggio (1993) e Valenzuela (1978)

⁴ A via chilena ao socialismo proposta por Salvador Allende foi um projeto para alcançar o poder e implementar transformações socioeconômicas através da via democrática, tendo como objetivo o alcance de um Chile socialista. A via chilena será melhor abordada nas seções 1.1 e 1.2 deste trabalho.

para a disputa presidencial por uma parte razoável dos militantes do Partido Socialista, mas teve seu nome garantido por conta de seu grande capital político e prestígio com os chilenos mais humildes. Assim, o segundo capítulo busca se aprofundar sobre as divergências dentro da UP e se a via chilena para o socialismo, pauta principal do projeto de Allende, teve algum papel decisivo para os desdobramentos de 1973.

Por fim, sobre os aspectos externos, podemos resgatar novamente Peter Winn (2009, p.20):

Embora a elite chilena não necessitasse de lições sobre como defender seus interesses, nos bastidores os Estados Unidos a estavam apoiando por meio de uma guerra velada contra Allende: planejada para bloquear sua revolução democrática, procurava-se desestabilizar a economia do país e o governo, preparando o campo para um golpe do Congresso ou dos militares. (2009, p. 20)

Desta forma, o terceiro capítulo foi dividido em duas partes. A primeira faz um breve resumo sobre a política externa norte-americana no século XX. Uma vez que a interferência no Chile não foi a única, é interessante ressaltarmos a experiência e o histórico de intervenção dos Estados Unidos na América do Sul. A segunda parte do terceiro capítulo faz uma análise do *modus operandi* americano no Chile, e tenta revelar os principais esforços norte-americanos para sabotar o governo de Salvador Allende.

Através desta divisão em três capítulos, e como já afirmado anteriormente, este trabalho tem o primeiro objetivo de trazer à tona os principais acontecimentos que levaram ao golpe militar em 1973, e como os fatores internos e externos se entrelaçam. Um segundo objetivo seria observar se, dentro destes fatos, existe algum catalisador, alguma órbita na qual os principais acontecimentos giraram. Pretende-se assim, jogar uma luz sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais que caracterizaram o governo de Salvador Allende e propiciaram o derradeiro golpe militar.

CAPÍTULO 1

O Jogo Político no Chile de Allende

Antes da subida da coalizão que deu apoio a Salvador Allende, o Chile já tinha experimentado um período democrático com um governo de centro-esquerda. Foi esse o momento em que a colisão Frente Popular (FP) esteve no poder, entre 1938 e 1941, depois de dois governos autoritários. A aliança da frente era composta por forças tradicionais da esquerda, como o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS), além do centrista Partido Radical (PR). Faziam parte também outras forças centristas e de ideologia mais ampla. Ainda assim, os grupos de esquerda mais radicais ficaram isolados com pastas menos importantes no governo, que tinha uma preocupação com a aparência “revolucionária e radical” que o Estado poderia passar. Como era costumeiro do Partido Radical, partido central do governo, buscaram alianças com a direita de forma a viabilizar seu mandato e diminuir o acirramento dos ânimos.

O governo da Frente Popular buscou fazer uma contraposição aos dois governos autoritários anteriores, como o de Arturo Alessandri e Carlos Ibáñez. Assim, este governo esteve mais preocupado em fazer uma gestão democrática do que exatamente promover as aspirações teóricas marxistas. A defesa da democracia seria uma bandeira essencial no período em que a FP esteve no poder. Em termos de decisões econômicas, a FP tomou medidas industrializantes, de cunho nacionalista e de intervenção do Estado. Este período é digno de atenção porque, além de representar um momento em que a esquerda ganha fôlego, incluindo um inchaço partidário, é também representativo das possibilidades de mudanças em direção ao socialismo anterior à “via chilena” de Allende. Leslie Bethell (2002) nos revela um pouco sobre este momento que, embora tenha refletido ganhos políticos sem precedentes para a esquerda, não representou um governo realmente marxista:

Por medio del frente popular las fuerzas marxistas obtuvieron un puesto reconocido en el sistema político. Los socialistas y los comunistas habían progresado de la participación en las elecciones en 1932 a la participación en el gobierno seis años después. Con todo, un decenio de intensa movilización izquierdista de las clases media y trabajadora había producido una Administración mucho menos avanzada y osada de lo que inducían a pensar su composición y su retórica. La misma política de coalición que

había permitido que los marxistas ganasen influencia en los altos cargos de la nación también impedía poner en práctica los programas que les habían impulsado a buscar tales cargos. (2002, p.236)

A intenção de resgatar resumidamente o governo da FP é mostrar que o Chile já havia passado por uma experiência que fez com que a esquerda negociasse politicamente, dentro do jogo institucional. É neste aparato institucional, de tradição democrática, que Allende vai convergir seu discurso entre marxismo e ordem social. Então, antes de Salvador Allende, o Chile já tinha experimentado um governo de centro-esquerda, de políticas keynesianas, que permitiu maior mobilização do eleitorado e sua relação com os partidos dirigentes. Essa ideia de modernização chilena que ajudou a dar instabilidade democrática ao país, e que cimentou a vitória de 1970 pela Unidade Popular (UP), é professada por Alberto Aggio em seus dois livros, *Frente Popular, Modernização e Revolução Passiva no Chile* (1997) e *Democracia e Socialismo: A experiência chilena* (2002). Ambos os trabalhos de Aggio, junto com os escritos de Leslie Bethell, são essenciais para jogar uma luz sobre o processo interno chileno durante o início da década de 1970.

Salvador Allende participou de três eleições presidenciais até que conseguisse alcançar o poder. Sua primeira tentativa foi em 1952, quando fez parte da Frente de Ação Popular (FRAP), uma coligação dos principais partidos de esquerda. Acabou perdendo para o direitista Jorge Alessandri, que tinha conseguido certo prestígio como ministro da Fazenda no governo de Carlos Ibáñez, e que continuaria sendo rival de Allende nas próximas eleições. Um governo que durou de 1958 até 1964.

O governo de Alessandri foi marcado por uma forte abertura ao capital norte-americano, ao mesmo tempo que buscou fazer uma reforma agrária tímida, que já era ansiada desde muito tempo pela população rural. É neste governo, embora a derrota da FRAP, que teremos um crescimento da esquerda como força organizada. retomando assim os esforços que deram a vitória à FP em 1938. Enquanto isso, no outro lado da moeda, os norte-americanos buscaram aumentar sua influência dentro do Chile com medo de uma nova Cuba.

Já a eleição de 1964 foi vencida por Eduardo Frei, que fazia parte do Partido Democrata-Cristão. Uma parte importante de sua conquista se deu pelo apoio da direita, que continuava temendo uma vitória de Allende.

Cuadro 6.3. *Las elecciones presidenciales de 1964*

Candidato	Votos	Porcentaje
Frei	1.409.012	55,7
Allende	977.902	38,6
Durán	125.233	5,0
En blanco/nulos	18.550	0,7
Total	2.530.697	100

Fuente: Arturo Valenzuela, *The Breakdown of Democratic Regimes: Chile*, Baltimore, 1978, p. 40. La abstención fue del 13 por ciento.

Tabela 1: Aníbal Pinto Santa Cruz, ed., *Antecedentes sobre el desarrollo de la economía chilena, 1925-1952*, Santiago, 1954, pp. 78-82. Retirado de: DRAKE, Paul. *Chile, 1930 – 1958*. In: BETHEL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. Tomo 15. Cambridge Universit Press. Espanha, 2002, pág.220.

O partido vencedor, o Democrata Cristão (PDC), começou com um grupo de estudantes universitários que estudavam na Universidade Católica do Chile, e foram aos poucos conseguindo volume em sua filiação. Desde quando era um pequeno partido, ganhou forte apoio das massas chilenas, incluindo desde pobres, que se identificavam com o discurso de justiça social, até os mais ricos, que viam uma possibilidade de mudança que não era radical. No campo prático político, a redistribuição de renda e a nacionalização das indústrias de cobre foram um dos principais programas do partido, que cresceu substancialmente nas eleições parlamentares de 1965. Políticas semelhantes seriam adotadas no futuro governo de Allende.

Assim, o ponto forte e fraco do partido era justamente ter uma base eleitoral tão heterogênea. De acordo com Leslie Behell (2002):

El grupo más conservador quería modernizar el sistema capitalista e intensificar el proceso de industrialización. Un segundo grupo ponía el acento en la redistribución y en la organización de los pobres. El grupo más radical, el de los rebeldes, mostraba mayor interés por la transformación profunda de cosas tales como el sistema agrario de tenencia de la tierra y la concentración de poder económico, especialmente en el sistema banquero y financiero, y por la creación de formas comunitarias de propiedad. La presidencia de Frei fue una lucha constante entre estos sectores." (2002, p.276)

Ainda segundo a autora, o governo de Eduardo Frei teria se beneficiado do alto preço do cobre no mercado internacional para fazer reformas sociais, cooperando também para o crescimento do PIB, que passou de 12,8% em 1964 para 21,2% em

1970⁵. O valor do salário do trabalhador urbano aumentou mais de 50%, enquanto que o rural teve um acréscimo de 40%⁶. Além de ter construído um grande número de moradias para as camadas mais pobres, o governo de Frei também aumentou os impostos sobre a riqueza, aumentando também a participação do Estado na economia.

Essas vitórias da democracia cristã ocorreram como uma forma de balizar os dois extremos políticos da época, assim o partido ganha uma característica centrista que deslocaria o Partido Radical para a esquerda. Foi um governo que teve sua própria concepção de sociedade, e que buscou fugir da visão de “pura neutralidade”. O partido Democrata-Cristão (DC) tinha um projeto, e esse projeto era baseado na tentativa de reforma do capitalismo, pouco pragmático e policlassista. Os projetos de governo do DC vão afastar os grupos de direita que o apoiaram contra Allende. Em 1966, os grupos direitistas se unem para formar o Partido Nacional (PN), que dentre as novidades estava um partido com forte ligação com sua militância. Se antes, a direita estava mobilizada no Partido Conservador, tão elitizado que pouca representação popular tinha, agora ela teria que jogar com a nova realidade chilena, e essa realidade era a de que quase 70% da população votavam, ao contrário dos tempos oligárquicos.

Percebemos então muitas similaridades entre os governos da Frente Popular e da Democracia Cristã, pontos em que ambas buscavam uma modernização do país através da redistribuição de riquezas, sempre prezando pela democracia. Essa similitude criou um problema para os dois grupos, de que suas propostas muitas vezes se confundiam e disputavam uma base eleitoral semelhante – embora a base da DC fosse mais heterogênea. Segundo Alberto Aggio (2002, p.103), como forma de continuar mantendo sua identidade, a esquerda buscou criticar a DC pelo seu caráter reformista, fazendo-a assumir uma postura mais radical. Essa disputa por discursos ideológicos teve como grande consequência uma política chilena não mais bipolar, mas sim com três forças de poder: esquerda, centro e direita. Ocorre então uma fragmentação da política chilena onde o centro, que seria representado pelo

⁵ DRAKE, Paul. Chile, 1930 – 1958. In: BETHEL, Leslie (Ed.). História da América Latina. Tomo 15. Cambridge Universit Press. Espanha, 2002, pág.219.

⁶ Ibidem, pág.219.

partido do governo, também assumiria sua ideologia e abandonaria o “centrismo negociador”.

Porém, o Partido Democrata Cristão sofria ao montar um projeto ideológico consistente, uma vez pressionado pelo marxismo do PC e do PS. Sua falta de dinamismo, ainda segundo Alberto Aggio (2002), resultou em uma fragmentação que iria enfraquecer o partido de centro nas próximas eleições contra Allende. Dentre essas dissidências, podemos citar o Movimento de Ação Unificado (MAPU) e a Esquerda Cristã (IC).

Ao mesmo tempo em que os democratas cristãos fazem o esforço de se organizarem ideologicamente, Salvador Allende posiciona-se de forma crítica contra seu partido, o Partido Socialista (PS). A crítica à radicalidade do PS rendeu a Allende diversos momentos de confronto e de isolamento dentro de seu próprio grupo político, inclusive enquanto estava no poder. Por outro lado, por uma concepção puramente ideológica, o Partido Comunista foi muito mais fiel a Allende do que o próprio Partido Socialista, ao qual o futuro presidente era filiado.

A grande polêmica que Allende traria seria a sua “via chilena para o socialismo”, em que o Estado teria papel fundamental nesta transição, incluindo a manutenção dos aparelhos democráticos. Ainda que com diferenças, o Partido Comunista tinha uma percepção semelhante à de Allende, a de que o socialismo só seria alcançado com o Estado servindo de antessala. Embora a ideia de Allende não estivesse de total desacordo com os socialistas, estes não entendiam a manutenção da democracia como algo fundamental, mas sim a necessidade de ruptura, ao invés de, para eles, fazer o jogo institucional burguês. Assim, mesmo com diferenças internas, forma-se a Unidade Popular (UP). A UP foi uma coalização de partidos de esquerda: Partido Social-Democrata, Partido Radical, Partido Comunista, Partido Socialista e o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), uma dissidência do Partido Democrata Cristão.

Depois de mais de cinco décadas na vida política, Allende finalmente consegue o posto de presidente do Chile, em 1970, anunciando em seu discurso um novo caminho possível para o país. Esse caminho era a “via chilena para o socialismo”, um caminho democrático que teria como ponto final uma sociedade socialista. Salvador Allende conhecia bem as instituições chilenas e sabia da tradição amplamente democrática que se estabeleceu no país desde antes do governo da Frente Popular, na década de 1930. É jogando através das

possibilidades das instituições democráticas que Allende vai confiar em um futuro Chile socialista, embora soubesse que essa ação seria especificamente chilena e inédita. A via chilena era atrativa por ser uma opção às consequências e dificuldades de uma revolução, seja na sua implementação ou no sangue derramado. Se na Rússia uma guerra civil precisou ser travada, e em Cuba uma revolução contra o governo, no Chile o socialismo chegaria através da democracia, algo inédito. Segundo Alberto Aggio (2002,p.21), “Pressupunham-se a institucionalidade vigente e sua alteração, a legalidade, as liberdades, a multiplicidade e o pluralismo de partidos, inclusive no governo.” Era um discurso bastante atraente para o eleitorado da esquerda chilena e que, até certo ponto, foi comprado também por parte da classe média. Porém, a via “allendista” não era um consenso nem mesmo dentro da própria esquerda. Embora conseguissem entender o apelo popular que a palavra “democracia” trazia ao discurso, os diferentes grupos que compunham a Unidade Popular divergiam sobre diversos aspectos da implementação deste socialismo. Ainda segundo Aggio (2002, página 23), uma parte da esquerda acreditava que a condução das transformações sociais seria essencial para viabilizar o objetivo final, por isso, as transformações deveriam ser mais cautelosas e democráticas. Enquanto isso, outros grupos da esquerda, que também faziam parte da Unidade Popular, acreditavam que o socialismo só viria através de uma ruptura política contestadora, de ações que revelassem o antagonismo entre o proletariado e a classe dominante burguesa. Estavam em jogo, segundo o autor, as concepções de “como fazer” acontecer o socialismo.

Interessante pensar como ambas as ideias ainda estão relacionadas com a ascensão de um governo eleito. Mesmo os mais radicais conseguiam compreender que Allende eleito seria uma forma de combater a elite chilena. A divergência seria, a princípio, sobre o tipo de ação deste governo. Em resumo, o grupo mais próximo de Allende desejava aprofundar a democracia no Chile, integrar uma parte da sociedade até então marginalizada, ganhar apoio e continuar com suas transformações sociais. Outra parte desejava a radicalização do governo eleito, não por um viés democrático, mas de afronta às elites, o que revelaria por si só as contradições do sistema capitalista.

No meio desta disputa sobre “como fazer” estavam os partidos Comunista e Socialista. O primeiro defendia uma postura mais próxima da via chilena democrática proposta por Allende, enquanto o segundo professava a necessidade de ruptura

pelo próprio governo. É perceptível, então, sem mesmo citar os diversos outros grupos que fizeram parte da Unidade Popular, que a esquerda já estava dividida antes mesmo do processo de polarização política, como veremos mais à frente. Porém, é esse processo de polarização que vai no futuro radicalizar e dividir ainda mais a esquerda. Uma vez o governo eleito, Roberto Aggio (2002) resume:

O desafio posto à Unidade Popular como ator político era, portanto, o de construir um discurso a partir do Estado, dando-lhe e assegurando-lhe legitimidade perante a sociedade como um todo. A questão da democracia, a partir deste momento, não poderia mais ser trabalhada como se a Unidade Popular fosse ator externo à ordem política institucional (...) Uma ruptura revolucionária foi o que definiu todas as contradições vividas pela Unidade Popular. (2002, pag.158)

O autor conclui mais à frente que o fracasso da via chilena não se deve a ela mesma como projeto, mas sim à incapacidade de consensos e compromissos das forças que a compuseram. Não se pode recorrer às mesmas práticas políticas de polarização e ataque quando se quer criar algo novo. Para algo novo, é preciso atitudes novas, e um projeto pensado, articulado, e isso foi o que a Unidade Popular não fez. A polarização, como estratégia política antiga, já tinha provado para parte da esquerda que serviria mais para instaurar um clima de caos do que promover mudanças. Aliás, essas mudanças dificilmente aconteceriam se a própria base política do presidente não estivesse unida, e foi o que aconteceu em parte. Era preciso práticas novas de conciliação, de diálogo e, principalmente no caso da esquerda, de consenso.

Voltando para as eleições de 1970, com 36,2% dos votos, Salvador Allende finalmente consegue vencer o disputado pleito-presidencial chileno, com uma maioria não simples. Os outros dois candidatos representavam o Partido Nacional, através de Jorge Alessandri, e o Partido Democrata Cristão, de Radomiro Tomic.

Candidato	Votos	Porcentaje
Allende	1.070.334	36,2
Alessandri	1.031.159	34,9
Tomic	821.801	27,8
En blanco/nulos	31.505	1,1
Total	2.954.799	100

Fuente: Arturo Valenzuela, *The Breakdown of Democratic Regimes: Chile*, Baltimore, 1978, p. 40. La abstención fue del 16,5 por ciento.

Tabela 2: Retirado de: DRAKE, Paul. Chile, 1930 – 1958. In: BETHEL, Leslie (Ed.). História da América Latina. Tomo 15. Cambridge Universit Press. Espanha, 2002, pág.267.

Logo após a vitória de Allende, o PN (o partido direitista) buscou impedir a posse do presidente eleito tentando fazer um acordo com os democratas cristãos. Eles tinham a intenção de fazer o Congresso não ratificar o mandato de Allende, dando vitória ao segundo colocado. Isso era legalmente possível porque Allende não tinha alcançado maioria absoluta. (De acordo com a constituição chilena da época, caso o mais votado não consiga maioria absoluta, o Congresso poderia escolher como presidente um dos três mais votados).

Porém, sabendo que ficaria futuramente dependendo da direita, e pela quebra da tradição democrática chilena que isso representaria, a DC nega essa possibilidade e Allende é empossado. É neste momento inicial que alguns setores mais radicais da direita, não aceitando a vitória da UP, já começam a se mobilizar, incluindo atentados terroristas. Como afirma Alberto Aggio (2002):

Este fato faz com que alguns setores extremistas de direita empreendessem imediatamente uma ação mais direta e incisiva de desestabilização, através do atentado à bala que levaria à morte o comandante do exército, General René Schneider. Foi neste momento que a extrema direita estruturou-se em torno da organização Pátria e Liberdade, um agrupamento abertamente golpista. (2002, pag.111)

Percebe-se que o governo de Salvador Allende já começou com um clima hostil que tenderia a acirrar-se até o momento do golpe. Foram muitas as reações que a Unidade Popular teve que enfrentar em seu governo. Assim, temos os embates no plano político-institucional e no plano social, sendo estes últimos, segundo Alberto Aggio (2002, página 115), mais artificiais do que reais.

Um dos grandes problemas no campo político foi justamente a posição dos democratas cristãos no governo da Unidade Popular. A crise sobre o próprio discurso ideológico colocava o partido centrista sempre numa posição de ação-reação, ou seja, de se opor ao governo, mas sem fazer uma real oposição no campo ideológico. Na prática, a DC contestava uma série de ações presidenciais, criticando sua legalidade, como aquelas referentes às expropriações de empresas, embora também concordasse com o ato. Assim, a DC criava um aparato burocrático desnecessário que criaria uma imobilização cada vez maior ao governo, isso enquanto a direita fazia uma oposição feroz. O objetivo da DC era ser a principal força de oposição ao governo de Allende, enquanto que também seria uma

referência ao combate à direita. As diferenças pareciam ser mais “fabricadas” do que realmente orgânicas. Enquanto isso, os maiores conflitos sociais se localizaram na área rural e se deram por conta das áreas de propriedade social (APS) e das reformas agrárias. Segundo Alberto Aggio (2002):

Os setores democratas cristãos que viam uma proximidade muito forte dos projetos da UP e DC cediam a essa estratégia, pois seu cálculo era o de, através do Parlamento, forçar e impor um governo de coalizão. Para isso era fundamental combater a posição da UP de implementar seu programa exclusivamente pelo Executivo. (2002, pag.117)

Um exemplo dessa política da DC foi a dificuldade que o partido criou para a implementação das APS⁷. Essas apropriações permitiriam uma participação popular direta em diversas empresas que antes eram estritamente privadas. Porém, era uma dificuldade relativa, já que uma parte importante dos beneficiários deste programa também eram votantes da DC. Porém, a formação das APS trazia para o governo de Salvador Allende um outro problema: a radicalização. De início, capitaneada pelos parlamentares do governo, a população trabalhadora vai cada vez mais participar de operações espontâneas fora do escopo governamental. A articulação entre o plano de governo e as ações dos trabalhadores vai se tornar cada vez mais escassa à medida que estes ganham liberdade dos dirigentes dos partidos que compõem a UP, que muitas vezes não concordavam com a política democrática e processual de Allende. Ao mesmo tempo em que essas ações eram mais criticadas pelos democratas cristãos pela ótica política, que buscavam “evitar o excesso” do governo, na prática pouco faziam no discurso para as massas.

Para além das disputas ideológicas, outros fatores empurraram a Democracia Cristã do centro para mais perto da direita. Um desses fatores foi o assassinato de Eduardo Zujovic, político do partido e ex-ministro do governo de Eduardo Frei, cometido por um grupo radical de extrema-esquerda em retaliação à participação de Zujovic em um conflito em 1969. Apesar da perseguição do governo de Allende aos autores do crime, o assassinato aumentou o clima de hostilidade entre a Unidade Popular e os democratas cristãos. Nas eleições parlamentares regionais seguintes,

7

As Áreas de Propriedades Sociais (APS) foram compostas por empresas estatizadas, no qual o governo deixava sob o controle dos próprios trabalhadores. As primeiras apropriações ocorreram nas empresas ligadas à exploração de minérios, seguidas, principalmente, por aquelas da indústria têxtil. Em acordo com a *Central Única de Trabajadores* (CUT), o governo permitiu grande participação dos trabalhadores nestas fábricas.

a DC fez uma série de alianças com o PN, que não apenas ajudaram a enfraquecer a representatividade do partido governista como também provocaram algumas outras rupturas dentro do próprio Partido Demócrata Cristão.

Outros fatores, além dos econômicos, também acirraram o clima de disputa ideológica, como a visita de Fidel Castro. Sobre a direita, Peter Winn (2010) nos revela:

Sua estratégia foi usar a presença invasiva da nêtese comunista do hemisfério para mobilizar um extremo protesto público que unisse suas forças. Na época, esta tática era nova: uma passeata das mulheres de classe alta e média (e suas empregadas) pelo centro de Santiago, batendo em panelas vazias em um protesto ostensivo pela escassez de alimentos que ainda era rara. A "Marcha das Panelas Vazias" (cacerolas) em 1º de dezembro foi "protegida" pelo grupo paramilitar e neofascista Pátria e Liberdade, cuja nova pretensão era de controlar as ruas de Santiago, que tradicionalmente pertenciam à esquerda. (2010, pag.96)

O discurso que a direita chilena adotaria seria o da insistência de que democracia e socialismo não casavam. Para ela, os sinais de que Allende era apenas mais um comunista utilizando um discurso político para a sublevação das massas eram claros, e foi o que ela tentou passar para parte considerável da classe média.

Esta classe média, bastante amorfa, estava dividida quando Salvador Allende assumiu o poder, não existia um consenso exato sobre seu governo. O que podemos afirmar é que com certeza o presidente chileno eleito em 1970 tinha grande apoio entre os mais pobres. Somente mais para o final de 1972 é que a classe média começa a se mobilizar e ir para as ruas, quase sempre instigadas pelas classes patronais, que trabalhavam com o Partido Nacional sob o medo do comunismo. É sobre essa escalada na tensão que Peter Winn (2010) versa:

Além disso, em 1972, o conflito de classes se tornaria cada vez mais intenso, e a política, cada vez mais polarizada. A oposição política a Allende se deslocaria dos corredores do Congresso para as ruas e se tornaria cada vez mais violenta e contrarrevolucionária, culminando na Greve de Outubro, uma dispensa temporária dos trabalhadores por parte da classe empresarial do setor privado e uma paralisação dos profissionais de classe média, ambas destinadas a desestabilizar a economia, disseminar o caos social e criar as condições para a deposição de Allende e a reversão de sua via chilena. (2010, pag.27)

Embora tenha participado dos governos anteriores do Partido Demócrata Cristão e da própria Frente Popular, a classe média, diante de crises econômicas

cada vez mais problemáticas, foi cooptada por um discurso polarizador do Partido Nacional e de grupos radicais. Muitos destes discursos mexiam com o imaginário do cidadão médio, despertando seu medo e deixando-o desconfiado de qualquer política do governo. Um exemplo foi a disputa política em torno da criação das áreas de propriedade social (APS), que logo despertou o medo infundado de invasão à propriedade privada por parte do governo, mesmo que essas áreas tivessem regras bem rígidas para serem criadas. Ainda que sendo uma classe bastante heterogênea, é interessante lembrarmos de como é um grande grupo que se sente ameaçado pelas conquistas dos trabalhadores mais humildes, acreditando que a ascensão dessas camadas subalternas tem um custo alto.

É na realidade do cotidiano que alguns desses enfrentamentos vão acontecer, pois, com a discussão política em torno da formação das APS, alguns grupos mais radicais de esquerda, como o MIR, vão tentar fazer expropriações à força. Uma parte dessa classe média irá ter conhecimento direto ou indireto de fábricas que foram tomadas por grupos radicais de esquerda. Esses embates do cotidiano vão fazer com que o chileno médio tema por seu pequeno negócio ou pelo seu emprego. No fim, era a classe que mais sentia as tensões sociais entre os discursos extremados. Aos poucos, esse chileno médio que antes, em maioria, se identificava com o Partido Democrata Cristão, vai se encontrar no discurso do Partido Nacional.

Deste mesmo lado, as eleições parlamentares de 1971 deram novo fôlego para a direita, que buscou cada vez mais polarizar o jogo político. Se em um primeiro momento sua inércia possibilitou a vantagem dos grupos radicais voltados para a “ação”, em um segundo momento começa a atuar na mobilização de um imaginário popular contra uma suposta ditadura comunista. Segundo Alberto Aggio (2002, pag.121), as organizações de direita do campo começaram a reagir contra as reformas agrárias. Classes patronais começaram a se reunir e deixar de lado suas diferenças para captar o medo do chileno médio, que naquele momento já sofria com constantes faltas de alimentos e combustíveis. A população chilena aumentou seu engajamento político, e o jogo da direita começou a surtir efeito: o Chile ficava cada vez mais polarizado. Um exemplo dessa polarização foi o conflito ocorrido na Universidade do Chile, em que professores e alunos se enfrentaram para impedir uma reforma do governo. A direita aproveitou-se para generalizar qualquer embate social, dando contornos políticos para cada fato político novo.

Assim foi com um protesto de mulheres, em 1971, contra o desabastecimento de gêneros alimentícios. Aliás, o fim de 1971 e o início do ano seguinte marcariam uma nova fase cheia de violência e protestos, que se acirrariam junto aos problemas econômicos enfrentados pelo governo. No meio destes protestos, a fragmentação da UP tornava-se cada vez mais evidente, uma vez que a via chilena para o socialismo, de Allende, continuava sem respaldo político dentro da própria coalizão. Um reflexo destes problemas internos foi a radicalização de grupos que faziam parte da UP. A deterioração política fez com que movimentos mais radicais da esquerda incentivassem a formação das áreas de propriedade social (APS) sem o planejamento do governo, assim como uma série de ocupações de terras na região norte do país. Na prática, como já citado, o que ocorria, segundo Alberto Aggio (2002, pag.129), era que o governo começava a ter dificuldades em estabelecer uma relação de confiança com a sociedade, e parte de seus eleitores. Isso parece ter ocorrido menos por culpa do governo e mais pela emergência de uma radicalização promovida pelos setores mais militantes da esquerda e da direita. O governo perdia o controle de suas bases, assim como de parte dos problemas econômicos, como aquele do abastecimento de alimentos, motivo já citado pela marcha das donas de casa. Nesta mesma onda de manifestações, ocorreu o protesto dos varejistas e comerciantes, que fecharam seus comércios em protesto contra a escassez de produtos. O governo, embora tenha autorizado o protesto, criou uma série de regras que deveriam ser seguidas, o que serviu de combustível para a apropriação do embate pela direita. Com um discurso focado na classe média, nos pequenos e médios comerciantes, a direita começou a reorganizar sua base política, até então pouco sólida. Foi através da radicalização das ações, dos embates políticos, que a direita se descola ainda mais da Democracia Cristã e se mostra como opção real ao governo de Allende. Enquanto isso, neste processo de polarização, o centro político, que já trabalhava contra o governo de Allende, por conta de sua própria tentativa de diferenciação, ajudou a fomentar uma situação de inviabilidade política ao mesmo tempo que se mostrava pouco eficaz nas negociações extremistas (O que é negociação extremista?).

Um jogo antes tripartido agora ficou polarizado, inclusive com a ajuda do partido centrista, a DC. Essa escalada de tensão no jogo político vai fazer com que os militares sejam obrigados a tomarem uma posição. Ao que parece, Salvador Allende tinha profunda confiança nas forças armadas, tanto é que dois de seus

generais foram vítimas de grupos extremistas, que visavam abalar a defesa da legalidade constitucional no seio das três forças. Allende tinha motivos para acreditar nas forças armadas, que ajudaram na cristalização da democracia chilena, que imperava desde o fim do governo de Ibáñez, no início da década de 1930.

Ainda que os detalhes dos caminhos percorridos pelos militares neste período estejam obscuros, é correto afirmar que uma boa parte das forças armadas não estava ainda alinhada com o golpe que destituiu Allende. Pelo menos isso é certo até que houvesse uma radicalização nos discursos, como vimos anteriormente. É esse cabo de força que, segundo Peter Winn (2010) e Alberto Aggio (2002), vai fazer com que as forças armadas se posicionem através de seu grupo golpista.

A verdade é que a polarização fez com que o governo de Allende ficasse inviabilizado, isso porque a união do centro com a direita possibilitou uma paralisação do Executivo. Qualquer medida de importância tomada pelo governo chileno era tida como ilegal. Essa oposição testou os limites da legalidade e proporcionou um conflito constitucional sem precedentes, o que, segundo Peter Winn (2010), deu aos militares uma cobertura constitucional para o golpe que estava por vir.

Ainda nos baseando no autor, é interessante trabalharmos com a ideia de que este foi um “golpe progressivo”. Isso porque uma parte da sociedade chilena, meses antes do golpe, já estava sofrendo intervenção das forças armadas, mesmo que a contragosto de Allende. A Lei de Armas, que impossibilitava a posse de armas de civis, foi utilizada neste período como desculpa para abusos dos militares em áreas estratégicas, que pertenciam às bases de Allende. Diversas comunidades pobres, fábricas, universidades e fazendas foram invadidas sob o pretexto de estarem guardando armas de fogo. Para Peter Winn (2010), essa era uma forma que também contribuía para acostumar os soldados com a futura rotina da repressão, já que muitos destes homens vinham de origens semelhantes à das vítimas de repressão nessas buscas. Neste sentido, o golpe já estava em andamento e a última esperança de Allende seria o general Carlos Prats, sucessor do legalista Schneider.

Assim como ocorreu com seu amigo e antecessor, Prats também seria assassinado, porém anos mais tarde, pela Diretoria Nacional de Inteligência (DINA). As fileiras golpistas das forças armadas temiam as consequências do assassinato de mais um general, já que a experiência anterior, a morte de Schneider, teve o

efeito inverso ao esperado. Por isso, os golpistas optaram pela difamação. Em junho de 1973, os golpistas armaram uma situação constrangedora para Prats, que acabou disparando em direção a um carro, que mais tarde revelou estar sendo dirigido por uma mulher. O episódio fez com que o general pedisse a renúncia, o que não foi aceito por Allende. Porém, em agosto do mesmo ano, depois de uma série de protestos contra o governo, incluindo o das esposas de militares, o general apresenta mais uma carta de renúncia e indica a Allende o nome de Augusto Pinochet, um homem até então acima de quaisquer suspeitas.

No meio do ano de 1973, uma série de novas paralisações complicou ainda mais a vida dos chilenos e do governo de Salvador. Vários estabelecimentos foram fechados com a greve dos patrões, que se somou à dos caminhoneiros e de outros profissionais liberais . É neste momento que uma série de atentados terroristas vai contribuir ainda mais para o clima de terror e apreensão da população, com direito a ataques às redes elétricas. A população estava agitada, as ruas não eram mais um local seguro, o momento derradeiro de entrada das forças armadas no cenário claro e visível tinha chegado. Confiando em boa parte dos seus generais para retomar o controle da situação, Allende é traído por figuras importantes como Oscar Bonilla, Camilo Valenzuela e Augusto Pinochet, todos eles generais, que bombardearam o palácio presidencial, o La Moneda , em 11 de setembro de 1973. Sim, os chilenos também tiveram seu “11 de setembro”.

CAPÍTULO 2

As Rachaduras na Unidade Popular

O projeto político de Salvador Allende enfrentava não apenas seus tradicionais rivais políticos, como os liberais conservadores, mas também rachaduras internas provocadas pelas diferentes correntes da esquerda. Depois do primeiro ano de mandato, a rachadura ampliou-se e o enfrentamento político foi mais frequente. A UP foi cada vez mais obrigada a barganhar com o Partido Demócrata Cristão que, como visto no capítulo anterior, buscou distinguir-se da “radicalidade” da esquerda. Com o centro jogando contra e fazendo oposição às principais medidas do governo, a Unidade Popular passou por uma turbulência interna da qual não se recuperaria. Enquanto parte da UP desejava radicalizar o discurso e se preparar para uma guerra-civil, outra parte estava empenhada em deter tal processo violento.

Patrícia Verdugo (2003, p.10) resgata uma perspectiva biográfica interessante de Salvador Allende. Ela lembra que, assim como seu avô, Allende também fez parte da maçonaria, e que dentro do grupo defendeu a ideia de que o capitalismo não poderia coexistir com igualdade. Ora, se um dos mais importantes princípios dos maçons era fraternidade, liberdade e igualdade, o futuro presidente do Chile buscou problematizar este último aspecto.

A criação do partido socialista se deu em 1933, logo depois da criação da rápida República Socialista do Chile, em 1932, que durou 13 dias. Allende acompanhou esse efêmero governo como estudante de medicina e entrou tanto no Partido Socialista quanto no grupo Avance, uma vertente mais radical de esquerda formada por estudantes. O diretório nacional dos estudantes havia sido desmontado no governo do ditador Carlos Ibáñez, que esteve no governo de 1927 até 1931, e depois de 1952 até 1958 – este último governo sendo considerado democrático, à semelhança de Getúlio Vargas. Após novo fôlego com a República Socialista Chilena, ainda que tenha durado pouco, os membros do Avance se rearranjaram e pretenderam transformar-se em um braço armado da esquerda, aos moldes dos soviéticos. Antes que o grupo perdesse força para outras associações universitárias de esquerda que surgiram na esteira do novo período democrático após o primeiro

mandato de Ibáñez, Allende foi expulso justamente por ser contra a formação de “soviets chilenos”, pois ele não concordava com a formação de um grupo armado para defender o socialismo. Aqui já percebemos desde cedo sua concepção democrática, talvez influenciada não apenas pelos valores maçônicos, mas também por sua tradição familiar e profissão. Parentes próximos de Allende fizeram parte do rápido governo socialista e o futuro presidente não apenas perdeu seu pai, como também foi castigado com isolamento. Ao passo que continuava atuando sua profissão, Allende fez questão de continuar adentrando e conhecendo de perto a pobreza chilena e como ela estava intimamente ligada à saúde da população. Ele viu de bem perto como as políticas excludentes e desiguais afetam a população mais vulnerável e publicou alguns trabalhos sobre saúde mental. Aos 30 anos tornou-se o ministro da Saúde mais jovem do país após eleger-se deputado e apoiar fortemente a eleição do presidente Pedro Cerda. Sem entrar em pormenores, a ascensão de Allende como ministro da Saúde é uma coroação do trabalho que vinha fazendo e pode se refletir, em nossa análise, como uma das explicações da sua luta pela democracia até o fim da vida. Allende percebeu que, seja na doença ou na guerra, a população mais vulnerável é sempre a que mais sofre. Seus valores maçônicos, que seu avô também ajudou a propagar, fizeram parte deste seu estilo de fazer política – sempre um democrata.

Como não é objetivo deste capítulo fazer uma biografia de Allende, ressaltai anteriormente que desde seus tempos como universitário o futuro presidente chileno já se envolvia com política, da mesma forma que fez parte de grupos como o Avance e a maçonaria, onde já defendia a importância de um jogo político democrático. É essa semente democrática que Allende irá levar para a sua via chilena para o socialismo, centrada na institucionalidade, democracia e apoio popular.

A primeira percepção que podemos ter do projeto é que ele não foi claro e muito menos hegemônico. Existia uma cultura política nos partidos de esquerda chilenos que não ajudava e que tendia a ser mais combativa e de polarização. Essa cultura, de polarização, pregava uma revolução para a necessidade de se alcançar o socialismo, um caminho teórico e prático já conhecido. Ao contrário dessa linha, o que Allende desejava era colocar o socialismo em prática junto da legalidade institucional, rompendo assim com a presença de meios revolucionários. O que defende Alberto Aggio (2002, p.154) é que a via chilena, por conta da necessidade

de união política, acabou sendo resumida a um conjunto de medidas econômicas e políticas de esquerda.

A primeira questão a ser levantada pelo autor, e que se insere nessa cultura, é a forma sólida como a teoria socialista clássica estava presente nos partidos chilenos. Isso criou um primeiro problema para a construção de uma nova via, de um socialismo original desde sua implementação. Alcançar o socialismo através da democracia era um *modus operandi* fora das mentalidades políticas de esquerda, ainda muito tradicionais.

Porém, em termos práticos, lá estava a Unidade Popular defendendo o projeto político proposto por Salvador Allende, a via chilena para o socialismo. Isso não necessariamente ia contra os princípios básicos dos grupos da UP, uma vez que o próprio socialismo era entendido como uma construção na qual o proletariado estaria no poder do Estado. Uma vez tornando-se uma classe dominante, ele atuaria como promotor das mudanças finais para o socialismo: a extinção das classes e do Estado. Ainda assim, como afirma Aggio (2002, p.155), houve divergências básicas sobre este projeto, e elas tratam justamente do papel do Estado no momento decisório de transição. Sobre a função do Estado, um dos poucos consensos era a necessidade que este tinha de promover a base proletária e dar condições para sua independência.

A democracia acaba sendo um ponto de inflexão entre as diferentes correntes dentro da Unidade Popular. Ao mesmo tempo que a esquerda conseguiu crescer por conta de um ambiente democrático, parte dela acreditava que a democracia era uma característica capitalista, das classes dominantes. Afirmar a democracia como central no governo era afirmar os valores daqueles que buscavam enfrentar. Porém, uma vez no governo, os esforços da Unidade Popular voltaram-se a construção ímpar de um socialismo chileno. Isso quer dizer que a democracia se transformaria na própria construção e ruptura revolucionária. Cabe então ao governo ser o motor dessa ruptura política, econômica e social: o proletariado no poder.

Mas havia outra divisão teórica interna, aquela debatida entre o Partido Comunista e o Partido Socialista.

O Partido Comunista era mais favorável à manutenção das instituições democráticas chilenas, e para isso entendiam o caráter único da situação. Os comunistas adequavam esse caráter especificamente chileno às teorias marxistas. O fortalecimento do proletariado se daria em contraposição à queda da burguesia, tudo

dentro da institucionalidade. Aqui, segundo Aggio (2002, p.159), não fica clara a importância da democracia, se ela seria apenas um meio tático ou seria um referencial para a construção de uma nova sociedade. Enquanto isso, o Partido Socialista não comprava a ideia de que o governo de Allende fosse uma espécie de etapa para o socialismo. A ideia mais próxima do que os socialistas acreditavam era a de um outro Estado atuando em conjunto, um Estado que pudesse, na hora correta, sobrepujar o Estado de Direito burguês. Seria como se o próprio Allende permitisse mecanismos de poder até então não existentes que fossem capazes de fazer desmoronar o Estado chileno como era, ao mesmo tempo em que permitisse o nascer de um novo. Assim, a ruptura institucional ocorreria de qualquer forma, apenas restaria a decisão de quando. Em outras palavras, para os socialistas, o próprio Estado allendista deveria fomentar, em determinado momento, a ruptura com o tradicional jogo político chileno. Se os objetivos eram os mesmos, a forma de alcançá-los seria diferente, por isso, defendendo o jogo democrático e institucional, Allende, embora filiado ao Partido Socialista, dialogou e teve como defensores mais próximos os comunistas.

O que Allende fez na prática foi caminhar entre as duas correntes políticas, dando contornos específicos de acordo com as necessidades e peculiaridades da sociedade chilena. Na verdade, a própria transição para o socialismo, segundo a visão pessoal de Allende, passaria por um aprimoramento das instituições democráticas burguesas, dando uma nova posição para as classes antes subjugadas. No fim, com um Estado realmente democrático e de participação popular, o socialismo germinaria. Não se tratava, então, de jogar o socialismo como anterior a todas essas discussões, mas entendê-lo como uma semente em germinação irrigada pela democracia. Para Allende, essa semente germinaria com a construção e não a destruição das relações de trabalho e poder. Roberto Aggio (2002) nos fala:

Fraturada, a Unidade Popular não executou nem desenvolveu a via chilena ao socialismo e, por conseguinte, o que nela se anunciava como uma via democrática. No entanto, é preciso enfatizar que, no governo, nem a Unidade Popular e tampouco o presidente Allende adotaram uma política inclinada a levar o processo para o terreno da insurreição, com a virtual quebra do aparelho do Estado. Esta tendência, embora latente em setores significativos da Unidade Popular, era exterior à política conduzida pelo governo. (2002, p.161)

Essas divisões internas entre os diferentes grupos que compunham a Unidade Popular ficaram mais visíveis conforme a oposição foi se organizando. Isso

fica mais evidente quando o Partido Democrata Cristão começa a se distanciar da Unidade Popular, no início de 1972, e se aproxima de um centralismo opositor, negociando com o Partido Nacional, de direita. Sobre isso, Roberto Aggio (2002) também nos chama atenção:

Do lado da UP, o mais difícil era encontrar uma saída de consenso com a DC que mantivesse a sua unidade, já que setores importantes da UP entendiam que se deveriam radicalizar as posições e acompanhar o curso da luta das ruas. Já os setores centristas da DC, que mantinham uma política de negociação com o governo, viam na polarização ideológica e política das ruas o sinal de que a política da direita avançava, sendo difícil manter as suas bases num acordo defensivo. (2002, p.131)

Junto das constantes paralisações no comércio e das crises de abastecimento, os ânimos foram se exaltando. Parte desta crise já estava sendo delineada no primeiro ano de governo, com o aumento das estatizações e do gasto público, o que onerou a folha pública e aumentou a inflação. Neste mesmo sentido, participaram da Assembleia do Povo de Concepción⁸ uma boa parte da esquerda que buscou novas diretrizes contra os problemas surgidos nos anos de 1971 e 1972, sejam econômicos ou sociais. Esta assembleia ocorreu em 1972 e teve participação do Partido Socialista, do MIR e de outros grupos mais radicais. A intenção era se opor e criar uma alternativa ao “Plano Millas”, orquestrado pelo governo de Allende para reduzir os gastos governamentais e incentivar a produção como forma de conseguir mais divisas. Essa forma de incentivo não teve apoio de parte das lideranças esquerdistas por necessitar de maior hierarquização e controle dos trabalhadores, tirando parte de sua liberdade. No fim, a Assembleia de Concepción apresentou uma proposta para dissolver o Congresso Nacional, o que foi prontamente rechaçado por Allende. Mais do que uma proposta, a sugestão de fechamento do Congresso representa a negação dos valores institucionalistas defendidos oficialmente pela UP. Podemos entender como um início de ruptura.

Se, por um lado, Salvador Allende buscava novas formas de enfrentar uma crise econômica, inclusive pelo já citado “Plano Millas”, um setor importante de sua coalizão viu o momento como um prenúncio da revolução. Tanto o Partido Socialista quanto o MIR passaram a incentivar ainda mais as ocupações de empresas,

⁸ Foi uma assembleia ocorrida em junho de 1972, composta, em sua maioria, por militantes do Partido Socialista e do MIR, que buscavam instalar um poder dual no Chile. Para os participantes, os operários precisavam tomar o controle de um poder paralelo ao Estado, fomentando assim o empoderamento das massas. A partir deste momento, as apropriações de fábricas pelos trabalhadores, à margem do Estado, ganham mais força.

enquanto que Allende pedia o contrário. Tanto para evitar conflitos sociais quanto para desonerar a folha pública, Allende desejava diminuir as ocupações e fazê-las de forma mais estratégica, o que não tinha ocorrido em seu primeiro ano de mandato. Para a infelicidade dos governantes a ala mais radical da esquerda estava apostando justamente no embate social, nos conflitos, já que esta era a forma pela qual acreditavam que o proletariado tomaria o poder.

Essa diferença de perspectiva se deu principalmente pelo embate teórico acerca do papel do Estado. Isso é melhor representado na prática com a criação e ação dos cordões industriais populares, que foram organizações do operariado chileno em defesa e de gestão das dezenas de fábricas que foram tomadas.

José Renato Martins (2018) corrobora com a visão de que as ocupações aumentaram conforme o acirramento político.

No governo da Unidade Popular, com o acirramento da luta de classes e dos confrontos políticos, as mobilizações se multiplicaram. Em 1972, o número de ocupações de fábricas chegou a 263, e as manifestações de rua, contra e a favor do governo, se tornaram diárias. Em meio ao clima de “festa e caos” que tomou conta do país, as tensões políticas se exacerbaram, opondo os partidários da “revolução dentro da legalidade” aos partidários da “construção do poder popular”. (2018, p.82)

E sobre a escalada da tensão, continua:

O governo, os partidos da UP e a CUT não viam com bons olhos a radicalização crescente dos Cordões Industriais. O clima de desconfiança entre eles se ampliou quando os partidos de direita aprovaram a Lei de Controle de Armas e o governo autorizou a invasão de alguns Cordões e Acampamentos por carabineros, o que causou confrontos violentos e resultou na morte de trabalhadores. Neste ambiente de crescente antagonismo, enquanto o governo alertava para os riscos de uma guerra civil e pedia moderação aos trabalhadores, os Cordões Industriais planejavam a ocupação de novas fábricas e exigiam do governo a incorporação ao setor social das empresas que sabotavam a economia e a construção do socialismo. (2018, p.88)

Os trabalhadores, embora a oposição circunstancial do governo (que não queria acirrar os ânimos), continuaram seus projetos de ocupação, inclusive de fábricas que não se encaixavam legalmente nos moldes das APS. É verdade que uma parte destas mobilizações e expropriações ocorreu de forma defensiva, mas ainda assim representaram uma rachadura entre o governo de Allende e parte de sua base, que tendia à radicalização. Na verdade, a radicalização era uma forma de defesa de parte destes grupos, que pressentiam a chegada da revolução, conforme

o agravamento da crise e de seus próprios preceitos teóricos. Neste sentido, Andressa Santos (2016) escreve sobre a ação dos trabalhadores:

Com a iminência do golpe, os proletários formaram os “cordões industriais” numa tentativa de autodefesa. O primeiro cordão industrial foi o de Cerrillos-Maipu, pois a maior parte das fábricas da região não estava nos planos de nacionalização do governo. Esse movimento se chocava com os novos planos da UP de frear as nacionalizações(...)(2016, p.37)

Mais do que uma defesa, essas apropriações também devem ser vistas como uma forma de pressionar o governo a radicalizar, a agir. A necessidade serviu de fermento para uma maior organização popular.

Ampliar as redes sociais e a atuação do proletariado também era uma tática do Partido Socialista, pois era através da participação dos trabalhadores que o caráter revolucionário do processo não seria abandonado. Isso tudo acabaria no esperado conflito de classes. Esta ideia é corroborada pelo relato de Elisa de Campos Borges (2011, p.183), em sua tese sobre os cordões industriais, onde afirma que líderes desses cordões se encontraram com Salvador Allende no início de 1973 para discutir a possibilidade de um poder dual. Ou seja, as rachaduras teóricas da UP ainda estavam abertas na proximidade do golpe. Essa dualidade, ainda inspirada na atuação dos *soviets*, na Rússia, era desejada pela ala mais radical da UP. A resposta do presidente foi de afago, mas ao mesmo tempo ressaltando que existia um governo a serviço do país. Elisa Borges (2011) escreve:

Os *cordones* também não se tornaram um poder alternativo ao governo, como evocaram em muitas de suas plataformas. Essa, inclusive era uma das questões mais discutidas referentes ao processo da Unidade Popular: a conquista do poder. Muitos grupos políticos, principalmente aqueles ligados a Altamirano⁹, se referiam a experiências como a dos *Cordones Industriales* e Comandos *Comunales* como exemplos de dualidade de poderes como ocorreu na Rússia durante os meses de fevereiro e outubro de 1917. (2011, p.183)

Por fim, como afirma a autora (2011, p.226) ao citar o sociólogo Theotônio dos Santos, esse poder paralelo não foi possível por diversos motivos, principalmente pela falta de um caráter nacional e jurídico-operacional. O que ainda complicava era a especificidade do caso chileno, em que a existência de um governo popular embaralhava as possibilidades de um poder dual do proletariado.

⁹ Carlos Altamirano foi um dos líderes do Partido Socialista durante o governo de Salvador Allende. Fez parte da promoção à radicalização da esquerda e foi um dos organizadores da Assembléia de Concepción. Conseguiu fugir da ditadura de Pinochet com exílio em Cuba, partindo depois para a Europa.

Junto das APS foram criadas as juntas de abastecimento (JAPs), que tinham como objetivo contornar a crise de desabastecimento provocada pelos boicotes patronais. Um outro de ação autônoma, para além das fábricas, foi a tentativa de reocupação de suas terras perdidas por parte do povo mapuche. Este, inclusive, foi um dos primeiros a sofrer forte repressão na ditadura de Pinochet. Foi desta forma que o Movimento Esquerda Revolucionária (MIR) ganhou mais destaque no campo prático de ação, assim como uma parte do próprio Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), que se fraturou e deixou o governo de Allende.

Como consequência direta destas ações de defesa, percebemos a criação de um poder dividido entre o governo e o povo, mas não em seu sentido positivo. O agir dos trabalhadores forçou uma tentativa de poder paralelo de ação que muitas vezes ignorava os avisos do governo de Allende, mas que no fim não era aos moldes de um dualismo de *soviets*, como realmente desejavam. Essa dualidade não se concretizou porque necessitava de um consentimento do governo central.

Restava, nos momentos finais do governo allendista, a opção de reagrupamento deste quase poder dual através da luta armada civil. As forças de esquerda conseguiram pressentir a iminência de um golpe, mas, em sua decisão, Allende preferiu não armar a população. A legalidade foi até o último momento a marca do governo de Salvador Allende, mesmo quando aqueles à sua esquerda ou direita pregavam a ruptura institucional.

Desde a campanha de Allende, a discussão da práxis marxista, uma vez que a esquerda estaria no poder, foi acalorada. A diferença teórica dentro da Unidade Popular existiu desde sua formação, polarizada principalmente entre o Partido Comunista e o Partido Socialista. Porém, a diferença só se tornou uma rachadura real com o agravamento da crise política e econômica, que desafiou a práxis do grupo que estava no poder.

CAPÍTULO 3

Uma breve análise da política norte-americana para a América Latina

Antes de nos aprofundarmos nas causas mais diretas da intervenção norte-americana no Chile de Allende, é interessante fazermos uma breve recapitulação das políticas externas dos Estados Unidos. A semente das intervenções norte-americanas pode ser encontrada desde a ideia do Destino Manifesto, que ganha contornos específicos com o caminhar da história como, por exemplo, o surgimento de um bloco político totalmente antagônico no período de Guerra-Fria. Mas não precisamos voltar tão longe, para a época do genocídio dos nativos americanos – como os Cherokees e os Chickasaw's; basta remontarmos para o final do século XIX, momento em que finalmente os Estados Unidos voltam-se para o mundo.

É neste contexto que podemos falar das conferencias Pan-Americanas, que ocorreram entre 1889 e 1954, e retratam um período de expansão do capitalismo norte-americano e sua tentativa de conseguir mais espaço e influencia na parte sul do continente. Esse projeto Pan-Americano tem a ver tanto com conciliações econômicas quanto com questões sociais e políticas, enfatizando principalmente o primeiro, ao contrário do projeto venezuelano que fora idealizado por Bolívar. Se o objetivo oficial das conferencias era a união política e comercial dos países da região, seus participantes não conseguiram chegar a um projeto único de integração.

Segundo Tereza Maria (2008, p.35), o apelo de união estaria vinculado a um passado colonial comum e um contraponto à hegemonia europeia. Ela afirma a existência de dois discursos identitários que surgem ao meio das conferencias Pan-Americanas: o latino-americanismo e o pan-americanismo. O primeiro discurso foi construído principalmente pela Argentina, que baseando-se nas ideias de Bolívar, buscou garantir sua hegemonia política na região. Enquanto o segundo seria uma ideia construída pelos Estados Unidos, que tentou uma contraposição ao primeiro, sendo assim mais circunstancial. O discurso norte-americano defendia o próprio país como modelo para o restante do continente, uma espécie de “país europeu nas américas”, o que faz mais sentido quando lembramos da “américa para os americanos”. Não é apenas uma política de rechaço para com os europeus, mas sim de se entender como sendo também um país modelo de civilidade.

De outro lado, os argentinos buscavam resgatar a “grandiosidade da América Latina” ao defender sua independência perante qualquer força hegemônica, mas incentivando a abertura econômica e política com a Europa, parceira tradicional dos países do continente. Embora não seja objetivo se aprofundar nos discursos surgidos no âmbito das conferências, é interessante refletir como as ideias de identidade estavam tão fortemente vinculadas às questões políticas, principalmente as internacionais. Nos afirma Tereza Maria (2008, p.56), inclusive, que uma parte do discurso argentino sobre a identidade sul-americana chegava a excluir o Brasil, rival potencial.

É possível vermos a aproximação de alguns países ainda hoje com o projeto de Bolívar, como é o caso venezuelano, bem claro desde o Congresso do Panamá, em 1826. Um projeto que via os países da América do Sul unidos, já que essas nações tinham diversas origens em comum: “raça”, a história, a língua, a situação social e seus interesses – com grande ênfase ao direito internacional comum. Essa é a ideia de uma identidade latino-americana, que poderia se contrapor aos interesses norte-americanos.

Quase paralelamente às conferências Pan-Americanas, temos a Doutrina Monroe que, embora inicialmente tenha sido idealizada como uma contraposição à Europa, foi posteriormente sendo interpretada de diversas maneiras, de acordo com os interesses norte-americanos da época.

Em 1823, James Monroe fez um claro posicionamento contra a interferência europeia e deixou uma marca na história com a frase “América para os americanos”. Suas ideias foram reinterpretadas algumas vezes, como demonstram os corolários Clay (1825), Polk (1845), Grant (1871), Olney (1895) e, por fim, Roosevelt (1904). O famoso Corolário Roosevelt - ou a política do *Big Stick* - é comumente visto como uma política policialesca que tentou colocar “ordem” no restante da América. Ainda que seja, em parte, verdade, o alcance geográfico dessa política, segundo Carlos Teixeira (2014), é limitado:

“Por exemplo, quando problemas domésticos no México pareciam indicar que as tentativas de se organizar uma conferência entre os Estados americanos naquele ano iriam fracassar, o representante chileno sugeriu que “talvez fosse melhor que os plenipotenciários sul-americanos se encontrassem em separado [...] sem esperar pela chegada [...] de seus colegas mexicanos e centro-americanos.” (2014, p.124)

Para Teixeira (2014), a sugestão do representante chileno é emblemática; e continua sobre a divisão dentro da própria América:

“Ou seja, os Estados Unidos se responsabilizariam diretamente pela metade norte do continente, ao passo em que incentivariam a participação de potências regionais sul-americanas nos assuntos que diziam respeito àquela parte do continente americano”. (2014, p.125)

Percebemos então um tratamento heterogêneo dos Estados Unidos em relação às nações americanas. Aquele corolário de Roosevelt mais está preocupado com o Caribe, e cogita incluir países mais estáveis na gerencia da ordem, como o Chile e Brasil. É uma forma de reconhecer que na completude da América, existem países em diferentes momentos de desenvolvimento, e isso está intimamente ligado ao projeto Pan-Americano. Tanto o Chile quanto o Brasil, seriam peças fundamentais para o discurso de união defendido por Washington. Como já explicitado anteriormente, é um discurso baseado na solidariedade econômica e, em alguns casos, política, mas que servia de interesse aos Estados Unidos. Se todo esse jogo político ganha um caráter explicitamente violento, podemos lembrar aqui das interferências nas regiões da América Central, a solidariedade baseada em uma identidade Latino-Americana servirá como defesa.

É no final do século XIX, um pouco depois do término da reconstrução americana, que a Doutrina Monroe incorpora mais fortemente o discurso expansionista norte-americano e a sua “missão” pela liberdade e democracia no mundo. Se a Europa vai tentar fazer a Ásia e África de seu quintal, os norte-americanos vão utilizar de sua influência para dominar a parte sul da América que mais os interessam. Ao contrário do discurso europeu, o imperialismo dos *yankees* foi mais “disfarçado”.

O que ocorreu, na verdade, foi a utilização e modificação das ideias de Bolívar em favor dos norte-americanos. O próprio controle dos Estados Unidos nas conferencias Pan-Americanas, e o excessivo enfoque em questões econômicas, já desmascaram as supostas intenções de união na forma como alguns países do Sul desejavam.

É bem verdade que ainda estamos falando do século XIX, mas a Doutrina Monroe foi um sustentáculo importante da política externa no continente. É o momento que os Estados Unidos reivindicam para si o controle do sul, com um discurso até então dissimulado, mas que cada vez mais se impõe como elemento

político hegemônico na América. Sobre isso, e a formação da própria identidade hegemônica, Kárita Macedo (2013) nos diz:

“(...) houve a Doutrina Monroe e o Big Stick como políticas direcionadas à América Latina, sempre associadas a uma perspectiva da própria cultura e do pensamento político estadunidense de que esse país estava ‘acima’ dos demais países da América em uma escala política, cultural, econômica e de progresso. Tal condição lhes daria um status que consideravam o modelo de civilização a ser seguido, legitimando, por essa perspectiva, o direito à hegemonia e uma espécie de poder de polícia internacional, a quem caberia manter a ordem no continente.” (2013, p.28)

Várias foram as intervenções na porção sul, desde a construção do canal do Panamá até a ocupação da Nicarágua, em 1903. Porém, é após a Primeira Grande Guerra que o jogo realmente vira a favor dos norte-americanos, que aproveitaram a queda da hegemonia inglesa em sua região de interesse. O imperialismo europeu seria agora substituído pelo norte-americano, e aquele discurso utilizado nas conferências pan-americanas seria transformado, já que agora o país do norte era a “nova Inglaterra”. Uma transição que, na verdade, já estava ocorrendo desde a década de 1920.

Mas antes de um novo discurso que justificaria a manutenção regional pelos Estados Unidos, os norte-americanos, em 1933, inauguraram a Política da Boa Vizinhança, que perduraria até o início da Segunda Guerra. Implementada no governo de Franklin Roosevelt, o novo direcionamento na política externa evitaria práticas intervencionistas e buscaria uma conciliação mais econômica e cultural. É interessante observarmos como, embora por caminhos diferentes, o objetivo da política externa continuava o mesmo: manter seu ímpeto imperialista e de hegemonia continental. Agora, o domínio estadunidense não se daria apenas por tiro e bomba, mas também por desenhos animados e vultosos empréstimos, por exemplo.

O novo direcionamento tinha como objetivo amenizar a resistência gerada pelas impopulares interferências militares, e ao mesmo tempo afastar a ameaça nazifascista do que seria a área de interesse dos Estados Unidos. Não seria mais uma dominação pela força, mas também pela reciprocidade, já que agora o jogo ideológico teria se tensionado – vale lembrar a influência da Alemanha nazista sobre a Argentina, ou mesmo a presença de um partido fascista no Brasil. Segundo Isaias

Moraes (2008, p.35), seria necessária outra estratégia para que os norte-americanos conseguissem manter o alinhamento político de seus vizinhos continentais. Uma parte considerável da América do Sul já apresentava tendências políticas de esquerda, como o próprio Chile, e o antiamericanismo mostrava mais força – temos o exemplo da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) que atuou no Peru. Também de acordo com Moraes (2008, p.37), a crise de 1929 teria sido outro fator que mudou as características de ação dos norte-americanos. O país precisava controlar suas despesas, resolver seus problemas internos e incrementar o comércio com as nações amigas da América. Em crise econômica, os Estados Unidos buscaram garantir laços comerciais duradouros. Vale lembrar que a própria economia capitalista liberal estava em cheque, só restaria saber em que medida a descrença no liberalismo fomentou movimentos sociais de oposição pela região sul. E o grande sintetizador desse novo momento foi o próprio Franklin Delano Roosevelt, que já na sua campanha presidencial, pregava paz e respeito às nações americanas aliadas. Era um discurso já voltado para essa nova política externa.

Aqui resgatamos novamente a ideia de Pan-Americanismo, perpetrada, à sua maneira, pelos estadunidenses. Os norte-americanos tentariam vender o alinhamento político e econômico resgatando o Pan-Americanismo e mesclando-o com o *American way of life*, utilizando para isso de massivas propagandas e incentivos políticos-culturais. A solidariedade entre os povos tinha supostamente como objetivo o fortalecimento da região e, como oposto, o pangermanismo. Mais uma vez, os norte-americanos tentariam vender as pretensões europeias como inimigas, recorrendo a um sentimento indentirário. Assim, Moraes (2008) afirma:

“A hegemonia ideológica do Pan-Americanismo, tão pregado no período da Segunda Guerra Mundial, só parece ter se esgotado com o fim da Guerra Fria e a supressão da ameaça de revoluções comunistas na região.” (2008, p.47)

Com o fim da Segunda Guerra, o projeto nazifascista deixa de ser um problema, e é substituído pelo inimigo comunista. A tentativa de controlar o continente precisaria de uma nova argumentação, uma nova base discursiva, e ela surgiu quando os comunistas russos “comedores de criancinhas” assumiram o papel de vilão em boa parte do mundo ocidental. Ainda que os norte-americanos estivessem de olho na Rússia em 1917, ao menos acompanhando de longe os desdobramentos,

é a Revolução Cubana que irá potencializar a paranoia do perigo vermelho. A revolução de 1959, em Cuba, reforçou a entrada do continente americano na Guerra Fria, que já se iniciara com o golpe de estado na Guatemala, em 1954. Cuba, um pequeno país que estivera às sombras dos Estados Unidos, tanto geográfica quanto politicamente, se rebela contra essa hegemonia estrangeira. De acordo com Ricardo Mendes (2009), a exclusividade do acontecimento em Cuba perturbou os norte-americanos por representar uma opção às suas ingerências. Opção esta, que, de imediato, não era socialista, mas sim nacionalista. Segundo Mendes (2009):

“Isso, uma vez que o advento da Revolução Cubana colocou em pauta soluções que pusessem em discussão, juntamente com a hegemonia dos Estados Unidos, também a ordem econômico-social cuja defesa constitui o objetivo declarado de sua política internacional.” (2009, p.2)

Ainda segundo o autor, os embates entre os norte-americanos e o sul coexistiram com a Política da Boa Vizinhança que, como afirmado anteriormente, foi um relacionamento marcado pela ideia de hegemonia. Embora terminada antes da Revolução Cubana, essa política seria parcialmente retomada, como explicitado adiante. Ao que indica, a suposta inferioridade latino-americana estaria agora rompendo as estruturas do colonialismo estadunidense. Esta situação levou os Estados Unidos a temerem um “efeito dominó”, já que tinham noção do crescente antiamericanismo nas outras regiões da América. É o que, de acordo com Ricardo Mendes, fez com que os *yankees* promovessem o que ele chama de “política bifurcada”.

Esta política consistiu em uma continuação da boa vizinhança, mas admitindo intervenções indiretas ao mesmo tempo em que reconhecia a pobreza e a desigualdade como fatores decisivos de instabilidade latino-americana, o que poderia levar à insurgência de grupos comunistas. Este *modus operandi* estaria mais ligado a uma indecisão e disputa interna no governo norte-americano, do que uma política complementar. Enquanto o Pentágono enxergava a possibilidade de impedir possíveis revoluções comunistas pela via militar, o Departamento de Estado Americano acreditava que os sentimentos que levariam à instauração do comunismo poderiam ser sufocados com o enfoque no bem-estar social destes países. O governo Kennedy seguiu com a política de treinamento de forças armadas latino-americanas ao mesmo tempo em que buscou dar créditos e incentivos financeiros

para estimular o desenvolvimento econômico em países estratégicos. Esta segunda via, a de incentivos estruturais, estava no escopo da Aliança para o Progresso.

O programa estava baseado no que acabamos de discutir: o apoio estadunidense às reformas sociais, políticos e econômicos dos países latino-americanos. Tinha como intuito integrar os países da região e fazer frente ao avanço comunista, que já tinha cooptado, também com incentivos, a Cuba de Fidel Castro. Estes objetivos foram delineados na Carta de Punta del Leste, em 1961, e seguidos pela criação da USAID – *United States Agency for International Development*.

Uma série de fatores levou a Aliança para o Progresso ao fracasso, desde uma crise política e econômica interna que afetava os Estados Unidos, incluindo a polarização provocada pela busca dos direitos civis, até a guerra no Vietnã. Externamente, os recursos empregados no desenvolvimento latino-americano parecem ter surtido pouco efeito. Continuamente os líderes da América do Sul reclamavam que os norte-americanos estavam mais preocupados com uma estabilidade política do que de fato com o desenvolvimento econômico e social. Os recursos eram muitas vezes distribuídos pela USAID em troca de contrapartidas econômicas austeras, ainda que muitas vezes apropriados pelos líderes locais em seu favor – o que também contribuiu para o fracasso do programa. Por fim, com a morte de Kennedy, em 1963, e a eleição de Nixon, um republicano, o programa perde folego de vez e é desmobilizado em 1969. Resta então a opção pela via militar, o que já não era nenhuma novidade, já tinha ocorrido em 1954, na Guatemala, e em 1964 no Brasil.

A opção de intervenção, seja direta ou indireta, lidou com o posicionamento importante dos militares do Cone Sul. Através da Doutrina de Segurança Nacional, os Estados Unidos tiveram um direcionamento mais agressivo e inclusivo na região. Esta doutrina, através de um discurso de “guerra total”, onde só existiria a opção capitalista ou “mundo livre”, justificou intervenções militares e ataques aos direitos humanos. Para isso, a inclusão dos ideais americanos de liberdade na região seriam fundamentais, é neste ponto que outras formas de desestabilização, que vão além da intervenção direta, ganham papel estratégico. Nesta opção, os próprios atores internos teriam um papel fundamental, sejam eles militares ou não. Como podemos ver tanto no caso chileno como no brasileiro, o golpe teve um importante apoio de classes empresariais, de setores da classe média e dos meios de comunicação. Essa movimentação interna era uma parte crucial da estratégia norte-americana, enquanto que, ao menos no caso chileno, eles mesmos se encarregariam de

sabotar o governo de Salvador Allende, como veremos no próximo capítulo. No Chile, o golpe saiu em duas perspectivas: a interna, com diferentes grupos de direita; e a externa, com a intensa sabotagem econômica norte-americana.

Se fazia parte da estratégia norte-americana dar apoio aos atores nativos da região, isso não excluiria os militares.

Neste sentido, foi criada a Escola das Américas, fundada em 1946, mas que ganhou contornos mais específicos no combate ao comunismo na década de 1960. A escola era um instituto ligado ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos que tinha como principal objetivo treinar e reunir informações de contra-insurgência anticomunista. Embora esse fosse o discurso oficial, Henrique Lopes (2006) nos aponta:

“Porém, esse processo era realizado de maneira dissimulada, a defesa dos interesses estadunidenses não era colocada de forma clara, era a defesa dos valores democráticos que eram colocados como principal objetivo (...) a Escola das Américas fez parte da iniciativa da Doutrina de Segurança Nacional norte-americana.” (2006, p.190)

Fazendo parte da Doutrina de Segurança Nacional, a Escola das Américas foi mais do que um treinamento contra o comunismo, mas serviu também, como afirmado anteriormente, como uma rede de informação que propiciaria uma mobilização e propagação de valores norte-americanos. É baseando-se na estrutura dessa instituição, que os diferentes países do Cone Sul vão criar suas próprias escolas, como a Escola Superior de Guerra, no Brasil, e a *Academia Superior de Seguridad Nacional*, no Chile. É o que veremos na próxima seção ao analisarmos mais especificamente a influência norte-americana no caso chileno.

3.1 Os Estados Unidos contra Allende

A via chilena para o socialismo, plano traçado por Allende, foi interpretado como uma verdadeira ameaça para os americanos. O problema residia no fato de que um dos pressupostos que tornaria o socialismo mais caro, a necessidade de uma revolução e do derramamento de sangue, estava sendo contornado com a proposta de Allende, que tinha a intenção de juntar a democracia com a transformação social. Isso era um problema para os *yankees*, que temiam mais um exemplo de um governo de esquerda no Cone Sul, ainda mais um exemplo tão

positivo, sem sangue, que servisse de grande modelo. Mais um filho socialista poderia nascer, desta vez sem necessariamente as dores do parto.

Segundo Patrícia Verdugo (2003), Allende foi alvo costumeiro dentro dos próprios grupos de esquerda por sua visão, considerada por muitos como inocente. Ainda quando jovem político, foi expulso de um grupo de esquerda no momento em que se opôs à formação de um grupo de “*soviets*”, que daria a sustentação armada ao movimento em que presidia. A democracia era um pilar importante para o futuro presidente do Chile e parte da esquerda custou a entender.

Ainda que um político importante desde a sua primeira tentativa à presidência, em 1952, Allende consegue unir os partidos de esquerda para uma coalizão apenas na eleição presidencial seguinte, em 1958. Essa coalizão, a Frente de Ação Popular (FAP), agregou forças em 1958, o que o deixou em segundo lugar. Ao que parece, é neste momento, em que um socialista quase leva o governo chileno, que os Estados Unidos passam a dar uma atenção maior para a política interna chilena. Ocorrida em 1959, a Revolução Cubana veio para intensificar a preocupação dos estadunidenses. Antes mesmo de se tornar presidente, Salvador Allende já trocava afagos, ainda que a uma distância calculada, com o líder Fidel Castro¹⁰. Allende se tornaria progressivamente uma prioridade da política externa americana para a América do Sul, que agiria por trás do cenário político internacional. Como afirma Patrícia Vergudo (2003, p.19), a quase eleição do socialista chileno, sem disparar nenhum tiro, teria representado um alerta para os norte-americanos.

Assim como explicitado no capítulo anterior, os Estados Unidos tentaram direcionar a política interna em diversos países do Cone Sul através de seus programas financeiros e sociais, como é o caso da Aliança para o Progresso, que no Chile teve resultados bem limitados. Ainda que o governo de Jorge Alessandri, eleito em 1958, tenha feito algum esforço ao implementar a reforma agrária, inclusive com o apoio dos estadunidenses, o programa fracassou. A estrutura latifundiária, junto da extração de minerais, como o cobre, fazia parte da economia chilena desde muito tempo, e os grandes produtores não estavam dispostos a abrir mão de parte de suas terras. É neste sentimento inicial de polarização que Allende tenta as eleições em

¹⁰ Alguns historiadores tratam a visita de Fidel Castro como um ponto importante no desenrolar da crise chilena. Em uma visita incomum para um chefe de Estado, Fidel permaneceu por mais de 20 dias no Chile e faz dezenas de comícios pelo país. Porém, sua presença representou também uma crítica ao modelo socialista de Allende.

1964, pela terceira vez. Seu adversário Eduardo Montalva, um democrata-cristão, enfatizava a “liberdade” em seus discursos, já que esta estaria ameaçada em um governo de esquerda. Boa parte da campanha foi polarizada com a ajuda de governos estrangeiros, como os Estados Unidos e a Argentina, que utilizavam do estereótipo comunista para amedrontar a população chilena.

Segundo Patrícia Verdugo (2003), foi na eleição presidencial de 1964 que a *Central Intelligence Agency* (CIA) começou a agir mais incisivamente no Chile, e fez parte deste discurso do medo. Queria a todo custo impedir a subida de Allende ao La Moneda¹¹, e que o Chile se tornasse mais um exemplo de revolução socialista, revolução que talvez acontecesse sem derramamento de sangue – perceba-se o tamanho do perigo! A historiadora baseia suas informações em um relatório feito por uma comissão do Senado americano, publicado em 1975, sobre as ações encobertas no Chile de 1963 até 1973. Nesses 10 anos, a CIA atuou como um braço direto da Casa Branca, que ludibriou a burocracia estatal e omitiu seus planos de outros setores do Estado, como o Departamento de Defesa. Na prática, e como demonstra este relatório – chamado como Comissão Church, Nixon e Kissinger atuaram de forma criminosa e sem o consentimento de grande parte das forças de inteligência norte-americanas. Nixon foi um presidente republicano dos Estados Unidos de 1969 até 1974, quando renunciou por conta do escândalo do *Watergate*; enquanto Henry Kissinger foi um importante diplomata americano que atuou intermediando relações com a China, União Soviética e o Vietnã. Ganhou o prêmio Nobel da Paz, o que gerou bastante polemica, já que é acusado de ter participado de crimes de guerra. Foi também um dos idealizadores da Operação Condor, que perseguiu diversos opositores dos regimes militares na América do Sul através de uma intrincada rede de colaboração entre os governos. Tanto Kissinger quanto Nixon seriam peças fundamentais no esforço norte-americano contra o governo allendista.

Voltando para as eleições de 1964, Verdugo (2003) nos aponta indícios de forte apoio dos norte-americanos na campanha presidencial de Eduardo Frei Montalva, político do partido centrista Democrata Cristão. Segundo o relatório lido pela historiadora, a CIA teria entregado mais de três milhões de dólares ao Partido

¹¹ O Palácio de La Moneda é a atual sede da Presidência Chilena e também abriga outros ministérios. Foi projetado originalmente para abrigar a casa da moeda, quando o país ainda fazia parte do império espanhol. Tornou-se o centro decisório da política chilena em 1845, durante o mandato de Manuel Prieto.

Democrata-Cristão, que não se preocupou em saber a origem do dinheiro. A campanha de Frei foi absolutamente mais forte do que a de Allende, que contava com recursos muito inferiores – vale lembrar que se hoje essa quantia já é significativa, em 1964 esse era um valor que pouquíssimas campanhas no sul do continente americano poderiam se dar ao privilégio de ter. A campanha de Frei inundou as ruas com faixas, camisas e panfletos. Verdugo (2003) nos dá uma dimensão desta campanha ao mostrar que, em média, mais de 20 *spots* de rádio foram feitos por dia, além de diversos programas de notícias que não disfarçavam o conteúdo ideológico, e tinham uma duração média de 12 minutos, em três rádios da capital. A CIA também pagou mais de 20 comentaristas políticos para desmobilizar a força de Allende. Por fim, na reta final da eleição, apelaram para o medo e divulgavam imagens de tanques soviéticos que possivelmente tomariam as ruas de Santiago caso o candidato de esquerda vencesse.

O dinheiro para o partido Democrata-Cristão não ficou apenas em 1964, foi dado também nas eleições parlamentares seguintes. A quantia de dinheiro teria sido importante para a projeção do partido, mas também ofereceu um lento veneno aos seus integrantes uma vez que desestimulou a criação de uma base eleitoral real. Ao longo das próximas eleições este partido se deslocaria cada vez mais para o centro e perderia parte importante de seu eleitorado, o que também pode ser explicado pela crescente polarização política. Ainda assim, para os norte-americanos, a semente para o futuro golpe estava plantada, pois foi através desses incentivos financeiros que a Casa Branca conseguiu montar uma rede de contatos no Chile que se alinhasse com sua ideologia.

Essa rede de contatos também passou pela academia quando os Estados Unidos colocaram em prática o Plano Camelot. Através deste plano, buscaram compreender a sociedade chilena, como ela pensava, os diferentes estratos sociais e seus anseios, para chegar a uma conclusão sobre as possibilidades de uma revolução. Em outras palavras, era um estudo social e político sobre a realidade e possibilidades da sociedade chilena. Para isso, a CIA mobilizou duas universidades americanas e a própria Universidade do Chile, a instituição de ensino superior mais respeitada do país. Dentre as tarefas do “grupo de estudos”, estava a implementação de questionários para diferentes classes sociais, inclusive militares de alta patente, com perguntas do tipo “Qual será sua atitude caso o comunismo chegue ao poder?”, segundo afirma o próprio Gabriel García Márquez (1974). No

fim, mais de 140 sociólogos chilenos (Cavalcanti, 2019) fizeram parte, muitos sem saber a finalidade do programa. Foi sobre estes rastros, com a participação e instrumentalização das ciências sociais, que o governo norte-americano entendeu melhor a cabeça do chileno. E pelas pesquisas, o chileno tinha enorme respeito pelas forças armadas e a via como mantenedora da ordem e legislação, sendo necessária para evitar uma guerra civil ou um governo que fosse incapaz de gerir o país. Assim, o estudo revelara que a sociedade poderia aceitar um golpe militar dependendo das circunstâncias em que ele fosse feito. Aquela semente do golpe, plantada desde a segunda tentativa de eleição de Allende, continuava a crescer.

Salvador Allende inicia a campanha para sua quarta tentativa de alcançar o La Moneda em 1970. Mas desta vez estava ainda mais otimista, pois sabia que tinha acumulado um importante capital político, além de ter conseguido unir uma parte significativa da esquerda. Seus adversários políticos eram considerados fracos, de forma que seria pouco útil um apoio dos Estados Unidos ao candidato da direita, Jorge Alessandri. Mesmo nos debates, as discussões sempre caminhavam para um viés social e nacionalista, demonstrando assim como as pautas sociais tinham ganhado forte peso nos discursos políticos. Não que essas pautas não fossem importantes antes, mas agora o Chile parecia passar por um momento positivo para a política social de esquerda.

Preocupados com a possibilidade real de vitória da esquerda no Chile em 1970, os norte-americanos formaram o Comitê 40, um grupo protagonizado por militares de alta patente, burocratas próximos à Casa Branca e membros da CIA, presidido por Henry Kissinger. Este comitê seria o responsável por uma série de tentativas de sabotagem contra Allende, incluindo aquelas que viriam após ele se tornar presidente do Chile.

De início, o grupo injetou enorme quantia de dinheiro no Chile para tentar convencer a opinião pública da necessidade de políticas alinhadas com os interesses dos Estados Unidos. Segundo Patrícia Verdugo (2003), foram compradas algumas emissoras de rádio e distribuídos subsídios para os principais jornais do Chile, como o *El Mercurio*, de ideologia direitista. Assim também foi feito na “compra” de comentaristas políticos e de programas de televisão, bem parecido aos esforços de 1964. Mas é claro que todo esse dinheiro não teria resultado se não existissem forças internas dispostas a derrubar Allende. Os golpistas estavam presentes em diversos grupos sociais, desde os paramilitares até a grande mídia, como a família

Eastman, que controlava o referido jornal. Como afirmam Eduardo Menezes e Vitória Pacheco (2015, p. 4):

Deve-se dizer que, diferente do que pode pressupor uma leitura apressada sobre o golpe no Chile, na verdade quem orquestrou a derrubada de Allende não foi diretamente Augusto Pinochet, mas sim o Almirante José Toribio Merino Castro, oficial da marinha. José Toribio, Edwards Eastman e executivos do El Mercurio – inclusive alguns dos quais, posteriormente, haveriam de assumir cargos na presidência do Banco Central do Chile, no Ministério de Relação Exterior e na embaixada do Chile, no Brasil –, eram membros do mesmo clube de personagens, supostamente, devotos ao iatismo e à vela. A propósito, o clube, chamado Cofradía Náutica del Pacífico Austral, serviu de fachada para atividades ligadas à conspiração contra Allende e Eduardo Frei Montalva. A articulação demorou três anos para se concretizar. (2015, p.4)

O dinheiro investido no jornal não ia apenas para a publicidade e a criação de matérias, mas também para facilitar que a família controladora do jornal conseguisse dar forças ao *lobby* pró-Pinochet, após a renúncia de Carlos Prats.

A novidade agora era que não se tratava apenas de campanha política, mas sim de um convencimento amplo, maior, que tentaria vender aquilo que os estadunidenses acreditavam. Isso tudo passando, claro, pela crítica à pessoa de Allende.

O que Verdugo (2003) nos traz de interessante é que, até então, o clima das eleições estava bastante tranquilo, ninguém tinha medo de expressar suas ideias ou razão para tê-lo. Porém, começam-se a perceber os primeiros sinais de violência política na sociedade chilena, com direito a ataques de coquetéis molotov. Grupos radicais estavam cada vez mais mobilizados e até hoje recaem suspeitas sobre a atuação estrangeira no apoio a esses grupos.

Outra ação importante do Comitê 40 foi a aproximação com a elite chilena, que já estava em andamento desde o Plano Camelot. O coração dessa aproximação foi a multinacional *Internacional Telephone and Telegraph* (ITT), que controlava a Companhia de Telefones do Chile. O presidente da ITT, John McCone, já tinha feito parte da CIA e foi uma pessoa fundamental nessa ponte entre EUA-Chile. Ainda que não convencidos com a campanha da direita chilena, foi através das companhias chilenas que os Estados Unidos transferiram dinheiro para a campanha de Alessandri, oponente de Allende.

E isso tudo acontecia por intermédio da ITT. Como exemplo, mais de 350 mil dólares foram investidos nas campanhas da direita chilena em 1970. (VERDUGO, 2003, pág. 34). Mas não adiantou, em quatro de setembro de 1970, os chilenos escolheram Salvador Allende com 36.3% dos votos, o que dava uma maioria relativa. Para os americanos, isso representava a derrota dentro do Chile, uma derrota difícil que tiraria o sono de Kissinger. Obstinação a não ter uma “nova Cuba”, a Casa Branca irá investir em uma nova estratégia, a de propiciar um golpe militar, como afirma Mariana Joffily (2018, p. 66):

Por outro lado, como lembra Tanya Harmer, a eleição de Allende demonstrou inequivocamente a deterioração da influência dos EUA na América Latina, despertando o temor de que a potência viesse a perder sua primordial e tradicional área de influência. Após fracassada tentativa de evitar que Allende tomasse posse, Kissinger e sua equipe organizaram uma robusta estratégia com o intuito de tornar o país tão instável que um golpe militar seria bem-vindo. (2018, p.66)

Seria em cima dessa maioria relativa que se daria um dos planos para impedir a entrega da presidência para Salvador. Essa nova jogada seria feita com o apoio de empresários norte-americanos, como o presidente da Pepsi-Cola, Donald Kendall, que tinha uma longa amizade com Nixon. Reforçamos aqui a ponte empresarial entre norte-americanos e chilenos, que estreitaram seus vínculos em favor do controle da política chilena. A verdade é que encontros entre empresários americanos e chilenos aconteceram na Casa Branca, inclusive com a presença de Nixon, que deu o aval para toda a operação no Chile. Os Estados Unidos estavam dispostos a quase tudo para impedir um governo socialista de Allende. Digo quase tudo porque não estavam dispostos a intervir militarmente de forma direta, como ocorreu na República Dominicana, em 1965 – na operação *Power Pack*¹². De resto, seria opção, inclusive, fazer o Chile “uivar de dor” e “elaborar um plano estratégico de supostas variáveis”. (VERDUGO, 2003, p. 42). Para isso, foram organizados dois grupos, com formas distintas de atuar. O primeiro seria o responsável pelo “*Track One*”, que seria dirigida pelo embaixador norte-americano no Chile, com instruções do Departamento de Defesa. Esta via era claramente diplomática e política, e tentaria principalmente impedir a posse de Allende fazendo Lobby no senado. Isso

¹² A operação *Power Pack* foi uma intervenção norte-americana na República Dominicana, em 1965, para impedir o governo de Juan Bosch, do Partido Revolucionário Dominicano. Com políticas inclinadas à esquerda, Bosch foi alvo de um golpe da direita dominicana, que ocasionou em uma guerra civil. Em meio ao caos, os EUA e a OEA enviaram “forças de paz” que ajudaram a colocar no poder Joaquín Balager, simpático aos norte-americanos.

porque Allende não tinha conseguido ampla maioria, e assim o parlamento chileno teria o poder de escolher outro presidente. Com a tentativa falhada, esse grupo de atuação vai buscar “conversar” e atuar juntos dos fatores internos chilenos, como os grupos empresariais e militares, quase sempre utilizando a retórica e garantia de apoio dos Estados Unidos. Podemos entender esse “*Track One*” como um caminho “oficial”. O segundo grupo, o “*Track Two*”, era um braço de atuação que não tinha nomes claros, atuava no escuro, e era liderada pela CIA e observada de perto por Henry Kissinger. Seriam os responsáveis por qualquer ação mais radical, inclusive as criminosas. Podemos lembrar os episódios violentos que começaram a pipocar já nos períodos finais da eleição de 1970, quando temos fortes indícios de que grupos mais radicais eram financiados por dinheiro vindo dos Estados Unidos. Não que esses grupos fossem do gosto de Kissinger, mas sim porque eram um fator de desestabilização. E, caso o golpe contra Allende falhasse, a desestabilização seria o principal método de atuação das obscuras forças norte-americanas.

A “*Track One*” falhou. O plano era fazer com que o Parlamento não possibilitasse o nome de Allende e escolhesse o segundo colocado, o direitista Alessandri, que, em um gesto de “correção”, renunciaria e Eduardo Frei continuaria no *La Moneda*. Para isso, como afirma Patrícia Verdugo (2003), quase 250 mil dólares foram aprovados pelo Comitê 40 para embasar os projetos que o Partido Democrata Cristão, de Eduardo Frei, achasse necessário. Não se sabe ao certo o porquê, mas este primeiro plano falhou. Ao que tudo indica, Eduardo Frei e boa parte dos deputados e senadores do PDC não estavam dispostos a receber dinheiro da ITT e da CIA. Restou então a “*Track Two*”, que será levada a cabo até o momento do golpe. Ela passará pela influencia midiática, pela sublevação de grupos populares e militares ultrarradicais (como a Pátria e Liberdade) até o fechamento com os grandes generais chilenos. Uma vez Allende sentado no *La Moneda*, restaria aos *yankees* atuar ainda com mais violência.

Mas, para que um golpe militar fosse dado, a CIA teria que passar por cima de importantes generais legalistas. Ainda naquele momento, uma parte considerável das forças armadas não estava propensa ao golpe, e os americanos sabiam disso desde o Plano Camelot. Embora já tratada a questão militar no capítulo anterior, é importante resgatarmos esta classe como elo fundamental no nexos golpista, não apenas porque o golpe foi dado por estes, mas também porque foi através deste grupo que os americanos fizeram forte *lobby*.

Com uma tradição mais isolacionista, as forças armadas chilenas não foram, em princípio, tão atuantes durante os governos que antecederam Allende, e nem tanto mesmo neste. Talvez este seja um dos fatores que fizeram o presidente chileno acreditar na disposição legalista de suas tropas. Esse isolamento pode em parte ser explicado, segundo Mendes (2013, p.180), por um sentimento de superioridade por parte dos militares, que tinham uma alta formação técnica e científica em comparação ao resto da sociedade. É neste contexto de relativo isolamento que as forças armadas se encaixam na Doutrina de Segurança Nacional, presente em grande parte da América Latina. Através de estágios em escolas militares norte-americanas, o alto oficialato vai reforçar uma perspectiva de mundo bipolar, conservadora e avessa às fortes rupturas sociais (MENDES, 2013, p.181). Segundo Ricardo Mendes (2013, p.181), mais de 5% do total do efetivo militar chileno passaram pelo treinamento nos Estados Unidos. Um treinamento militar de repressão, de estratégia e também de cunho ideológico.

Dentre os generais legalistas mais famosos, e que hoje goza de grande prestígio na história chilena, está René Schneider, que assumiu o comando do Exército depois de uma pequena sublevação militar, em 1969. Para ele, o dever do exército não era se intrometer, mas sim resguardar a constituição chilena. O caráter legalista das forças armadas era o coração das três instituições militares. Deste modo, os golpistas, entende-se aqui a CIA, não tinham outra opção senão “neutralizar” (assassinar) Schneider, e assim foi feito. Não se sabe ao certo o tamanho de influência de cada personagem no ocorrido, mas o certo é a participação de três generais chilenos que já estavam em contato com a CIA desde a sublevação de 1969. A CIA, segundo o Relatório Church, enviou armas para o crime, e a ITT entrou com dinheiro. Desse montante, quase 50 mil dólares foram dados ao general Camilo Valenzuela, principal articulador do crime (VERDUGO, 2003, p. 64), e que ironicamente comandou a marcha das tropas em uma solenidade em memória de Schneider. Por fim, o general foi assassinado em 1970, em Santiago, ao reagir a uma tentativa de sequestro promovida por grupos radicais de direita.

O processo de desestabilização do Chile já tinha começado com a morte de Schneider e parte restante do plano consistia em boicotar de todas as formas possíveis o governo de Allende, inclusive, como já citado anteriormente, fazendo-o sofrer economicamente. Patrícia Verdugo (2003, p. 71) nos revela:

“Poucos dias depois, em 17 de novembro de 1970, Kissinger fez outro relatório para o presidente Nixon, em que delineou os cinco pontos da guerra “encoberta” contra o presidente Allende(...) Escreveu Kissinger:
1- Ação política para dividir e debilitar a coalização de Allende.
2- Manter e Ampliar contatos com militares chilenos.
3- Oferecer apoio a grupos e partidos políticos opositores não marxistas (...)” (2003, p.71)

Mas em uma reunião feita dois dias depois desses pontos assinalados, revela a historiadora, Kissinger propôs financiar grupos extremistas e não moderados. Na verdade, o que propunha Kissinger era desestabilizar o discurso moderado de Salvador Allende. E isso poderia incluir financiar grupos de extrema esquerda, indo contra o número três do documento escrito pelo próprio. Os golpistas raciocinavam que seria cada vez mais difícil Allende manter seu discurso democrático de união em um país cada vez mais dividido e radicalizado.

A política de desestabilização já tinha sido implementada na segunda tentativa de Allende à eleição, mas ganhava contornos cada vez mais trágicos conforme o presidente avançava com seu programa democrático e socialista. Um exemplo foi quando o governo decidiu comprar a Companhia Telefônica do Chile, que era controlada pela ITT, importante pilar do golpe. Ao estatizar a companhia, Allende pagou uma enorme cifra à ITT e enfureceu ainda mais Nixon. No mesmo dia da estatização, a embaixada chilena nos Estados Unidos foi atacada, com fortes indícios de participação do próprio governo americano. Mas o importante da nacionalização da Companhia Telefônica foi dar a munição necessária para que Nixon jogasse a bola para o Senado americano, que aprovou uma série de medidas econômicas claras para bloquear os créditos internacionais ao Chile. Se grande parte das ações de Nixon e Kissinger foram encobertas, ao menos nesse ponto, puderam contar com uma política americana clara de sabotagem com o aval da classe política de seu país.

Embora sejam vários os números positivos nos primeiros anos de governo de Allende, a campanha publicitária pela CIA começa a surtir efeito e, a cada medida esquerdista adotada pelo governo, a classe média agitava-se como se fosse decretada a sua morte. Os que tinham condições tentaram levar uma vida fora do país, enquanto que os empresários diminuíram seus investimentos. A demanda chilena começa a sofrer com a falta de oferta, que embora iniciada pela fuga de investimento, agravou-se com o boicote feito pelos próprios empresários locais, que

passaram a lucrar mais vendendo seus produtos no mercado negro. Mesmo produtos mais simples, como café e açúcar, eram vendidos por preços muito superiores ao normal, enquanto os pobres lutavam para adquirir o pouco que podiam comprar. Esta situação começou a gerar uma bola de neve em que o governo precisava estatizar empresas para garantir a produção, ao passo que muitas fugiam do país justamente com medo de serem tomadas pelo governo de Allende.

No meio deste caos, muitas associações tiveram papéis decisivos para a crise chilena, como a dos comerciantes e dos caminhoneiros. O transporte de mercadorias era muitas vezes boicotado, fosse por interesse pessoal, ou político. Anos depois, segundo Verdugo (2003), o presidente da Sociedade de Fomento Fabril (Sofofa) confessou que pagava aos donos de caminhões pela paralização. Foi descoberto depois, através do Relatório Church, que uma parte considerável desse dinheiro vinha indiretamente da CIA, que utilizava empresas chilenas para distribuir o dinheiro em setores estratégicos. Ainda de acordo com Verdugo (2003), este mesmo relatório confirmou que o Comitê 40 distribuiu mais de 100 mil dólares para grupos grevistas que faziam oposição às políticas do governo chileno. Essa desorganização na sociedade chilena tinha como objetivo sensibilizar a opinião pública e, principalmente, os militares de alta patente para uma intervenção militar. A situação deveria ficar caótica até que a opção pelo golpe, por parte dos próprios chilenos, fosse a única solução.

Nesse plano de desestabilização e convencimento da opinião pública, o jornal direitista *El Mercurio* assume importância central ao receber financiamento indireto da CIA, que utilizava a ITT para deixar a ação menos suspeita. Uma cifra enorme foi gasta em propaganda e compra de comentários que desfavorecessem o governo chileno. Neste mesmo conluio estavam a rádio *Portales* e a revista *Qué Pasa*.

Como já afirmado anteriormente, a desestabilização também passava pelo apoio a grupos radicais, como o *Patria y Libertad*. Em específico, este grupo receberia ajuda em armamentos até mesmo do Brasil, enquanto os americanos cuidariam do apoio financeiro. O *Patria y Libertad* foi responsável por uma série de ataques terroristas dentro do Chile, onde estouravam bombas e derrubavam os sistemas de energia. Por outro lado, como nos aponta Patrícia Verdugo (2003), o ânimo da esquerda com o discurso pacificador de Allende foi minguando. Os jovens do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) estavam cada vez mais

convencidos de que deveriam se armar, e assim foi se instaurando um temor real de uma guerra civil. Se lembrarmos dos resultados do Plano Camelot, a guerra civil seria uma das poucas circunstâncias em que a sociedade e os próprios militares aceitariam um golpe militar. Fortemente soprados pelos norte-americanos, os ventos pareciam estar cada vez mais contra a via chilena para o socialismo.

Continuando com o plano de desestabilização, os estadunidenses chegaram a pensar na possibilidade de expulsar os chilenos da OEA (Organização dos Estados Americanos), mas preferiram engrossar as penalidade econômicas ao reduzir drasticamente a concessão de créditos. Entre 1972 e 1973, mais de 33% dos veículos estatais, 30% dos ônibus e 21% dos táxis estavam totalmente inoperantes por falta de peças e outros materiais, uma oferta inexistente devido ao boicote norte-americano. (VERDUGO, 2003, p. 95). Por outro lado, a Casa Branca fez questão de estreitar laços com os militares chilenos, aumentando o financiamento para novos armamentos e a abertura de mais vagas em sua escola militar no Panamá – de onde viria grande parte da elite militar do governo Pinochet, uma espécie de aliciamento. Ainda de acordo com a jornalista Patrícia Verdugo (2003, pag. 95), ao mesmo tempo em que estreitava laços, os militares do pentágono buscavam disseminar falsas informações, como sugerir uma ligação de Allende com as forças de inteligência cubana. Kissinger e Nixon estavam dispostos a todo custo a conseguir convencer a alta cúpula das forças armadas chilenas a darem um golpe e tirar Salvador Allende do poder, nem que para isso fosse necessário fabricar informações.

Depois de conseguirem tirar outro importante general legalista como obstáculo, o general Prats, fazendo-o renunciar devido a um suposto mal entendido, os golpistas chilenos viram-se com o caminho aberto.

Tenso com a polarização política e sabendo dos perigos que estava correndo, Salvador Allende, como bom democrata, tinha a intenção de convocar um plebiscito para saber a opinião da população sobre sua permanência no poder. Na prática, o plebiscito poderia dar o poder para continuar suas polemicas reformas socialistas ou faze-lo ter que abandonar o *La Moneda*. É nesse momento de grande conturbação que as forças armadas agem por de trás do cenário e finalmente cercam o palácio presidencial. Allende já imaginava que a CIA estava por trás da oposição ao seu governo e agia para derrubá-lo, mas, segundo os relatos daqueles que estavam no dia de sua morte, no La Moneda, não imaginava que a traição viria da alta cúpula

das forças armadas, mais especificamente pelos comandantes-em-chefe, como Pinochet.

Augusto Pinochet não foi uma liderança no grupo dos golpistas na fase inicial, seu papel de destaque é mais tardio, principalmente depois que assume o comando do Exército. O movimento que derrubou o presidente eleito, em 1973, segundo Ricardo Mendes (2012, p.16), foi a mais forte representação da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina. A intensidade da vigilância e da paranoia fez com que os militares controlassem até mesmo clubes de futebol, foi uma “guerra total” contra o marxismo. O Chile de Pinochet, através da DSN, pregaria o liberalismo e sua “democracia autoritária”¹³.

Ainda hoje é difícil para os chilenos compreenderem em que nível a CIA esteve presente na instauração da ditadura de Pinochet, mas existe farto material sobre a doutrina oficial de Estado, aquela mesma DSN. Sabe-se que ela apoiou desde greves de caminhoneiros, jornalistas até grupos radicais, incluindo, possivelmente, grupos de extrema-esquerda, tudo para desestabilizar o país e justificar um golpe militar alinhado com suas políticas. É especialmente inquietante saber que foi um golpe manchado por muito sangue, com uma esquerda que foi “enganada” com infiltrados, e que a sua consequência foi ainda mais obscura.

¹³ No ano de 1977, Pinochet discursou seu projeto de Estado de Direito para o Chile, a chamada “Democracia Autoritária y Protegida”, dentre as principais características estavam a continuação da Doutrina de Segurança Nacional como ideologia do estado e a permanência de meios repressivos contra inimigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma trajetória política sólida, Salvador Allende participou de três eleições presidenciais até que conseguisse alcançar o poder. Essa disposição de Allende mostra, além de sua vontade e obstinação, que o Chile estava em uma fase democrática, de instituições relativamente sólidas que permitiram a candidatura de um político da esquerda, mesmo dadas as circunstâncias do golpe três anos depois. Inclusive, como afirmado na introdução, um dos objetivos deste trabalho é elencar os fatores que propiciaram este golpe neste espaço de tempo. Ainda que o Partido Comunista tenha sido caçado em dois momentos neste mesmo século no Chile, comparativamente falando, o país era um bastião de democracia na América do Sul. Essa experiência democrática, como afirmada no primeiro capítulo, permitiu que a esquerda tentasse alcançar o poder pela via institucional, algo que não aconteceu em Cuba. Assim, desenha-se para o Chile uma possibilidade única até então, a ascensão do socialismo em um país latino-americano pela via democrática em um período conturbado de Guerra Fria. Esse contexto internacional de disputa bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética é importante por ser o pano de fundo do golpe. É possível afirmar essa importância contextual ao lembrarmos que a Frente Popular (FP), uma coalizão de esquerda, já esteve no poder, mas no período de 1938 até 1941. Ainda que o governo da FP também tenha sido bastante conturbado, não se tem tantos relatos de mobilização estrangeira e de grupos paramilitares internos sabotadores. Esses grupos, que no governo Allende variaram desde facções armadas fascistas até a classe patronal, passando pela embaixada americana e a Casa Branca, atuaram em um contexto internacional de extrema polarização. Ainda que também tivesse havido polarização no governo da Frente Popular, entre os regimes fascistas e o resto da Europa, o intervencionismo vigilante dos Estados Unidos não aconteceu, ao menos não com tamanho empenho.

Se a história única que o Chile estava para escrever era cheia de esperança para as massas que votaram em Allende, o mesmo não podemos dizer para seus opositores. A Via Chilena de Salvador Allende contava fortemente com essa excepcionalidade democrática e institucional, sem rupturas, sangue ou violência. Acreditava ele que seria possível alcançar o poder e promover transformações econômicas para o socialismo através do voto. Seus opositores temiam essa via allendista. Alguns acreditavam que ela era uma mera farsa para uma ditadura

comunista, que em algum momento a UP os trairia, como é o caso de grande parte dos pequenos empresários, da classe média – até então bem dividida, e de alguns poderosos patrões. Outros utilizavam um discurso dissimulado para sabotar o governo, pois sabiam da real ameaça que ele representava para o sistema capitalista dentro da América do Sul. Neste último grupo podemos colocar os norte-americanos, desde o corpo diplomático presente no Chile, passando pelos empresários até Henry Kissinger. Afirma a jornalista Patrícia Verdugo (2013, p.37) que Kissinger acreditava que um Chile comunista, forjado em sua via institucional e democrática, seria muito mais perigoso que a Cuba de Fidel Castro. Isso porque a reforma social e econômica a ser implementada por Allende poderia incentivar o restante da América do Sul a debandar para o comunismo.

Ao mesmo tempo, Salvador Allende foi eleito com 36% dos votos, uma porcentagem boa, mas não uma maioria absoluta. Tanto sua base quanto os opositores trabalharam em cima destes números eleitorais e já criaram um clima hostil nos primeiros meses de governo.

Para a base da UP, formada principalmente pelos mapuches, trabalhadores rurais e urbanos e agricultores de poucas posses, o programa de governo representava uma esperança de mudança. Dentro de um Chile ainda muito desigual, onde até poucas décadas antes o cobre correspondia a mais da metade¹⁴ de sua receita com exportação, e cujas empresas de exploração de minérios eram quase todas norte-americanas, a eleição de Allende poderia significar mudança.

De alguma forma, parte desta esperança foi correspondida, seja com o aprofundamento da reforma agrária, com a criação das Áreas de Propriedade Social e Mista, ou com maior acesso à educação e à saúde.

Mas as políticas de Allende estiveram longe de serem unanimidades. Uma parcela significativa da classe média urbana temia as reformas propostas por Allende, pois em seu imaginário o Chile estava mais perto do que nunca de se transformar em uma Cuba. Ao menos, essa era a narrativa utilizada pela direita e as classes patronais. O discurso utilizado pela direita para cooptar essa classe média hesitante seria a de que a democracia e o socialismo não casavam. Para maioria desta camada média, Salvador Allende poderia estar utilizando um discurso comunista radical, subversivo, mas camuflado. Essa é a explicação para que as

¹⁴ Dados retirados de: WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo: UNESP, 2010. p.33.

camadas não tomassem partido nos primeiros momentos de governo, pois eles precisaram ser convencidos e alvos de intensa propaganda ideológica dos grupos dirigentes da direita. Para as camadas médias, provavelmente, o sentimento ao decorrer do mandato de Allende era o de medo, e talvez desesperança.

Aqui podemos perceber novamente a centralidade da via allendista, ou via chilena para o socialismo, que foi mais que um discurso de campanha, e sim toda uma forma de enxergar a administração pública e traçar um caminho para o futuro do Chile. Aliás, não era apenas a forma como o próprio governo enxergava a via chilena para o socialismo, mas também a população. Neste contexto, a classe média, diante das crises crescentes, passa a adotar o discurso de uma direita cada vez mais agressiva.

Falamos então que, provavelmente, o sentimento para os mais pobres, base da UP, era o de esperança, enquanto a classe média jogava com a dúvida, o medo e a desesperança. Resta então falarmos daqueles que ajudaram a pavimentar o caminho da classe média para a direita, aqueles que fomentaram o terror, boa parte das crises econômicas e buscaram a todo custo sabotar o governo Allendista: os norte-americanos e a elite direitista.

Já foi afirmado anteriormente sobre o ponto de vista de Henry Kissinger sobre o Chile, assim como também vimos no terceiro capítulo como os Estados Unidos atuaram para criar um clima de instabilidade econômica e política no governo da UP, culminando, por último, em atentados terroristas. Esse cenário desfavorável irá ajudar a potencializar a crise interna chilena, não apenas por direcionar a classe média contra o governo, mas também por provocar as feridas internas na própria Unidade Popular.

Foi mostrado no segundo capítulo como as divergências internas na Unidade Popular eram marcas de nascença. A via chilena de Allende não convencia toda a esquerda e, mesmo aqueles que concordavam com sua viabilidade, tinham ideias diferentes sobre o papel do Estado. Enquanto os socialistas e alas mais radicais desejavam um Estado que promovesse a ruptura, que deflagrasse de vez o processo revolucionário, sendo ele mesmo um agente, os comunistas e allendistas desejavam a preservação da institucionalidade. Este foi um debate teórico anterior mesmo à formação da Unidade Popular, mas que se viu unido, por um momento, com as reais chances de Salvador Allende conseguir o poder. As diferenças internas racham com mais força com o agravamento da crise, seja ela provocada

pela sabotagem internacional, ou pelas disputadas políticas internas. O importante é ter a ideia de que ambas caminham juntas.

Assim, o fator aglutinador central da crise foi a própria via chilena para o socialismo, que Allende defendeu antes e depois de sua eleição. Sua proposta única de se alcançar o socialismo chileno atraiu sua base, seus opositores e seus reais inimigos para o centro da discussão e do embate. É esse discurso da excepcionalidade chilena que, em diversos aspectos, o centro da questão e dos conflitos no país irá girar. Para alguns, ela representava esperança, para outros, desesperança, e ainda para mais outros, ameaça.

Uma vez definida a órbita da crise, a via chilena para o socialismo, diversos fatores vão convergir para o golpe final, em 11 de setembro de 1973. São fatores que, juntos, vão criar uma equação na qual o resultado final será um regime militar que perdurou durante 17 anos e teve consequências sociais e humanas catastróficas.

Por fim, podemos falar que nesta órbita encontramos uma base popular desejando mudanças sociais significativas e reais, que ajudaram a eleger Allende. De outro lado, temos uma classe média desconfiada, pronta para ser cooptada pela oposição. Uma oposição com forte influência do capital e da diplomacia estrangeira, que toma a iniciativa de tirar Allende do poder, inclusive por meios não legais. Essa tática de sabotagem vai permitir um clima de confronto e uma crise socioeconômica que irá desconcertar a base popular à qual me referi inicialmente. É com a rachadura interna na própria Unidade Popular que uma parte da população mais pobre, com o incentivo de grupos que faziam parte da própria base governista, vão se radicalizar e partir para o confronto. Considero como confronto as formações de APS's não autorizadas pelo governo. Os grupos mais radicais de esquerda aumentaram substancialmente as áreas de apropriações sem o consentimento do governo, que por todo o momento buscou seguir sua lógica institucional e democrática. Por consequência, as novas apropriações eram vistas como sinal eminente de uma ditadura do proletariado, o que ajudava a radicalizar a situação e afastar a classe média. Essa classe média que não estava ciente, como ainda muitos setores patronais, da influência estrangeira na crise. Estamos falando de uma espiral crescente que contou com diversos atores, inclusive de partidos centristas, como os democratas cristãos, que fizeram o possível para paralisar as atividades do governo, mas que também estavam pouco cientes da interferência estrangeira.

Talvez, se tanto os grupos de oposição quanto parte da classe média soubessem que uma parte substancial da crise econômica chilena estava sendo forjada pelos interesses norte-americanos, os pobres e os grupos de esquerda não fossem tão culpados pela situação por que o Chile passava.

Uma vez explicada a espiral de eventos em seu sentido mais amplo, podemos afirmar que, como vimos no terceiro capítulo, a crise forjada pelos norte-americanos foi o cimento que pavimentou grande parte dos acontecimentos. Os fatores internos se entrelaçam com os fatores externos ao ponto de ser difícil distinguir ou aplicar com exatidão qualquer culpabilidade. Ainda que os Estados Unidos tivessem um papel fundamental na crise chilena, pouco teria surtido efeito caso não houvesse chilenos dispostos a sabotar um governo democraticamente eleito. A espiral crescente de eventos, como afirmado anteriormente, só foi possível graças ao casamento entre chilenos e estrangeiros golpistas. Um exemplo claro deste casamento foi o assassinato do general René Schneider, que contou com o patrocínio de 50 mil¹⁵ dólares por parte do governo norte-americano, mas que foi executado por um grupo paramilitar terrorista chileno, que incluía generais de alta patente.

Percebemos então que a via chilena defendida por Allende foi, em diversos aspectos, o centro da questão e dos conflitos no país. Ela foi o nó no qual convergiram os diferentes grupos políticos e seus discursos. Foi também o que atraiu os Estados Unidos e sua sabotagem, o que ajudou a complicar a situação chilena radicalmente. A proposta de Allende causou rachadura dentro de sua própria base política, que ficou sem ter como agir, pois não existia um consenso. Essa via chilena foi um episódio marcante na história contemporânea do Chile, e ainda hoje é grande objeto de discussão entre os historiadores.

¹⁵ Dados retirados de: VERDUGO, Patrícia. Como os EUA derrubaram Allende. Chile, 1973. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p.51.
Este episódio está retratado na seção 2.2 deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: UNESP, 1993.

AGGIO, Alberto. **Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

BORGES, Elisa Campos. **!Con La UP ahora somos gobierno!: A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende**. 250 f. Trabalho de Conclusão de Curso(Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

DRAKE, Paul. **Chile, 1930 – 1958**. In: BETHEL, Leslie (Ed.). História da América Latina. Tomo 15. Cambridge Universit Press. Espanha, 2002.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-30112009-110850. Acesso em: 2 de nov. de 2019.

JOFFILY, Mariana. **A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos**. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, mai./ago. 2018. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em 26 de out. 2019.

LOPES, H. S. G. (2019). **Escola das Américas**: Revista Hydra: Revista Discente De História Da UNIFESP, 1(2), 186-200. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/hydra.2016.v1.9131>. Acesso em 28 de out. 2019.

MACEDO. Kárittha Bernardo de. **A Noção de “Superioridade” Estadunidense na política de boa vizinhança**. Revista Neiba. Caderno Argentina-Brasil. v.2, p. 17-38, nov. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/8378-29617-1-SM.pdf. Acesso em 16 de set. de 2019.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Chile, el golpe y los gringos**. Crónica de una tragedia organizada. Bogotá, Colombia: Revista Alternativa, 1974.

MARTINS, J. R. V. **CRIAR PODER POPULAR: um legado chileno para as esquerdas latino-americanas dos dias atuais**. REALIS: Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais, Pernambuco, v. 7, n. 2, p. 81-94, dez./2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/239158/30879>. Acesso em: 1 dez. 2019.

MENDES, Ricardo A. S. **40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile**. In: Revista Estudos Políticos, n.7, 2013-2. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2014/04/7p172-190.pdf>. Acesso em 20 de nov. de 2019.

MORAES, Isaias A. **A Política Externa de Boa Vizinhaça dos Estados Unidos para a América Latina no contexto da Segunda Guerra Mundial**. UnB, Brasília, 01 março. 2008.

PACHECO, Vitória. **A influência da mídia na ditadura chilena: Clarín e El Mercurio sob a perspectiva dos aparelhos ideológicos de estado**. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Santa Catarina - Joinville. Junho. 2005. Disponível em: http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2015/lista_area_IJ01.htm. Acesso em 18 de nov. de 2019.

CAVALCANTI, Ricardo. **Os Estados Unidos e a apropriação militar da antropologia**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/eua-canada/os-estados-unidos-e-a-apropriacao-militar-da-antropologia/>. Acesso em: 21.agosto.2019.

SANTOS, Andressa de Melo. **A queda de Allende e a ascensão do general Pinochet: o terrorismo de estado e o legado do regime ditatorial chileno**. 2006. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2017.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, Dez. 2014 .Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200115&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Nov. 2019.

VALENZUELA, A. **El quiebre de la democracia en Chile**. Santiago, FLACSO, 1978.

VERDUGO, Patricia. **Como os EUA derrubaram Allende**. Chile, 1973. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: UNESP, 2010.